



7<sup>c</sup>  
S  
AA

ATA N.º 6 – Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e trinta minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria – e secretariada pelo senhor Mário Jorge de Castro Reis, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 5 – Sessão Ordinária de 30 de abril de 2014;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 27/12/2013);
- 4 – Prestação de Contas Consolidadas de 2013;
- 5 – Proposta de constituição de júri para o recrutamento de cargo de dirigente do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial;
- 6 – Acordo de Execução e Contrato de Delegação de Competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Arrifana – Aprovação de minutas de alteração;
- 7 – Aditamento ao Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e Junta de Freguesia de Canedo  
- Autorização prévia para assunção de compromisso para 2015;
- 8 – Relatório a que se refere o Estatuto do Direito da Oposição (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*);
- 9 – Documentos de Prestação de Contas da Área Metropolitana do Porto referentes ao ano 2013 (*para conhecimento*);
- 10 – Plano para reparação da Rede Viária do Concelho (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*).

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos senhores vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vitor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, António Ferreira de Bastos, Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira e Mário António Pinho de Oliveira.



Não estiveram presentes, nesta sessão, os vereadores José Manuel da Silva Oliveira e Susana Alexandra Lopes Correia.-----  
-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes e agradecendo a presença dos mesmos na apresentação do Relatório de Atividades do ano letivo 2013/2014 da Assembleia de Crianças de Santa Maria da Feira, cuja apresentação foi feita pelo Presidente daquela Assembleia de Crianças – David Ribeiro, e que ocorreu imediatamente antes do início desta sessão.-----

Seguidamente, dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da Sr.<sup>a</sup> Primeira Secretária da Mesa – Fernanda Paula Marques de Oliveira – estar presente na sessão, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa que, no momento, apenas era composta por um dos dois Secretários. Nesse sentido, convidou o grupo municipal do Partido Socialista a indicar, para esse efeito, um seu elemento, tendo sido indicada a deputada municipal Rosa Maria Pinto da Silva – que, de seguida, tomou o respetivo lugar na Mesa. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia convidou o Sr. Delfim Manuel Oliveira Silva, eleito Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana na sequência do resultado verificado nas eleições intercalares ocorridas naquela freguesia no dia 25 de maio de 2014, para se abeirar junto da Mesa para tomar posse como membro desta Assembleia Municipal. -----  
-----

O *Sr. Delfim Silva* abeirou-se da Mesa e leu, em voz alta, a seguinte declaração de tomada de posse: -----

“Afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas”. -----

Em seguida, assinou a respetiva relação de presenças e tomou o seu lugar na sala. -----  
-----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de cinco credenciais de representação para a presente sessão, dos seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: -----

– Argoncilhe: delegada a representação no Secretário do Executivo – Manuel Pereira dos Santos; -----

– Lourosa: delegada a representação na Vogal do Executivo – Catarina Pimentel Pereira; -----  
-----



5  
S  
M

– Nogueira da Regedoura: delegada a representação no Secretário do Executivo – Fernando Ferreira Sousa;-----

– São João de Ver: delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Sebastião Ferreira de Castro;-----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou ainda que, para além da deputada municipal Fernanda Paula Marques de Oliveira, também a deputada municipal Maria José Ferreira dos Santos (ambas do PSD), solicitaram, nos termos da Lei, serem substituídos na presente sessão dada a impossibilidade de estarem presentes – a deputada Maria José por ter tido, neste mesmo dia, uma reunião em Tomar que a impossibilita de estar na presente sessão, e a deputada municipal Fernanda Paula por motivos profissionais. -----

Sobre a substituição da deputada municipal Maria José Santos, informou que a mesma é substituída na sessão, nos termos legais, pelo cidadão a seguir na lista do PSD – Justino de Amorim Pinto – que se encontrava presente para o efeito. -----

Quanto à substituição da deputada municipal Fernanda Paula Oliveira, informou que a cidadã a seguir na lista da mesma força partidária – Juliana Canedo Rocha – comunicou não poder estar presente na sessão por compromissos anteriormente assumidos. Verificando que o cidadão seguinte da lista – João Luis Almeida Cunha – se encontrava presente para o efeito, informou que o mesmo substituída, na sessão, a deputada municipal Fernanda Paula Oliveira. --

-----  
Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes, naquele momento, os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; António André da Silva Topa; José Fernando Moreira; Adriana Marisa da Silva Cardoso; António Domingues Pereira; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Gastão Valente Pinto da Silva; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio; Bernardino Manuel Martins do Couto; Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Márcio Santos Correia; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto;



Manuel Oliveira de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes, Moisés Salvador Coelho Ferreira; Filipe Ramiro Tavares Moreira; Valter José Mendes de Amorim; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Arrifana – Delfim Manuel Oliveira Silva; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto Conceição Moreira; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela da Silva Teixeira. -----

Faltaram os membros Augusto de Pinho Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiães, e José Henriques dos Santos – Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande. -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 30 de abril de 2014: -----

- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através do requerimento sobre as Ruas Padre Zé/Outeirinho, em Santa Maria de Lamas – cuja cópia foi enviada àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail, em 30/04/2014; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da



- 
- Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projeto de Lei apresentado na Assembleia da República pelos Srs. Deputados Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira, que visa revogar o processo de privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março; -----
- Circular n.º 46/2014/LP da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinada ao assunto “Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”;-----
  - Convite do Centro Social da Lomba, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para as comemorações do XXIX Aniversário daquele Centro Social;-----
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 22 de abril de 2014;-----
  - Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, e-mail do Núcleo de Estudos do Direito das Autarquias Locais (NEDAL), em que se convida à participação no III Seminário das Assembleias Municipais, que se realizou no passado dia 24 de maio de 2014, em Mirandela; -----
  - E-mail do Grupo Parlamentar do BE, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, o Projeto de Resolução que o BE apresentou na Assembleia da República para impedir e cessar o processo de privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF); -----
  - E-mail do Grupo Parlamentar do BE, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, quatro Projetos de Resolução que o BE apresentou na Assembleia da República, que propõem o investimento na Linha do Vouga em todo o troço Espinho-Aveiro, a construção da variante Arouca-Feira, assim como a construção do IC35 e da variante à EN222;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Lixeira a céu aberto nas Caldas de S. Jorge”;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Daniel Gomes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento em que pede informações sobre o ponto de situação
-



5  
S  
A/A

- de diversas obras;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira subordinado ao assunto “Lixeira a céu aberto nas Caldas de S. Jorge”, bem como requerimento apresentado pelo membro Daniel Gomes sobre o ponto de situação de diversas obras;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, o teor da recomendação aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de abril de 2014, sobre o Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga; -----
  - Convocatória dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, como membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião que aquele Conselho realizou no passado dia 28 de maio de 2014; -----
  - Circular n.º 54/2014 da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o a associar-se à festa dos 30 Anos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que aconteceu a 20 de maio de 2014, em Coimbra;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Águas pluviais – Rio Meão”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Águas pluviais – Rio Meão”;-----
  - E-mail, por instrução do Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana (do Porto), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando os Documentos de Prestações de Contas da Área Metropolitana do Porto referente ao ano de 2013, aprovados pela Comissão Executiva Metropolitana na reunião de 8 de abril de 2014; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Santo Tirso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, cópia da moção aprovada por aquela Assembleia, na sua sessão de 28 de abril de 2014, sobre o assunto “Pela Defesa do SNS”;-----



- Ofício da Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 05 de maio de 2014; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Daniel Gomes, através do requerimento subordinado ao assunto “Atribuição de bolsas de estudo”;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – Daniel Gomes, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através do requerimento que apresentou subordinado ao assunto “Atribuição de bolsas de estudo”; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Arrifana – Indústria a laborar num estabelecimento comercial”;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão de 27 de junho de 2014, do assunto “Relatório a que se refere o Estatuto do Direito da Oposição”;-----
- Circular n.º 62/2014 da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando publicação que procura identificar os principais marcos da vida da ANMP ao longo dos seus 30 anos de atividade;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Arrifana – Indústria a laborar num estabelecimento comercial”; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Praia Fluvial da Mámoa – Milheirós de Poiares”; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Agrupamento de Escolas de Fiães”;-----
- Convite da Comissão Organizadora da 5.ª Festa das Coletividades de Sanfins, ao Sr.



- Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no “Porto de Honra” que assinalou a abertura da Festa, que teve lugar no passado dia 30 de maio de 2014; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pelo membro Filipe Moreira, subordinados aos assuntos “Praia Fluvial da Mámoa – Milheirós de Poiares” e “Agrupamento de Escolas de Fiães”;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Ruas Padre Zé/Outeirinho – Santa Maria de Lamas”, uma vez considerar que o ofício que lhe foi enviado por e-mail, em 30/04/2014, em resposta ao requerimento que apresentou sobre o assunto (datado de 10/02/2014), não dá as respostas solicitadas;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pela deputada municipal Margarida Gariso, subordinado ao assunto “Ruas Padre Zé/Outeirinho – Santa Maria de Lamas”, uma vez que aquela deputada municipal considera que o ofício que lhe foi enviado por e-mail, em 30/04/2014, em resposta ao requerimento que apresentou sobre o assunto (datado de 10/02/2014), não dá as respostas solicitadas;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Manuel Santos, através do requerimento subordinado ao assunto “Sistema de Controlo de Assiduidade”;---
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – Manuel Santos, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através do requerimento que apresentou subordinado ao assunto “Sistema de Controlo de Assiduidade”; -----
  - Convite da Vigararia de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na Procissão da Solenidade de Corpo de Deus, que se realizou no passado dia 22 de junho de 2014; -----
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 19 de maio de 2014; -----
-



- E-mail da Chefe de Divisão Municipal da Educação da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal – na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, remetendo os documentos discutidos e analisados na reunião realizada por aquele Conselho no dia 28 de maio de 2014;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Escapães – Perigo para a saúde pública na Rua da Granja”;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Escapães – Perigo para a saúde pública na Rua da Granja”;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos, subordinados aos assuntos “Número sobre abate de animais no Concelho” e “Falta de segurança nas obras do aterro do Gestal em Canedo”;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pelo membro Moisés Ferreira, subordinados aos assuntos “Número sobre abate de animais no Concelho” e “Falta de segurança nas obras do aterro do Gestal em Canedo”;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na reunião que o Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira realizou no passado dia 18 de junho de 2014;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos, subordinados aos assuntos “Campos de Minigolfe votados ao abandono” e “Lixo a céu aberto em Santa Maria de Lamas”;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pelo membro Filipe Moreira, subordinados aos assuntos “Campos de Minigolfe votados ao abandono” e “Lixo a céu aberto em Santa Maria de Lamas”;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de



- junho de 2014, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de junho de 2014, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Convite do Sr. Presidente do Rancho Infantil e Juvenil Os Herdeiros de Travanca, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no II Encontro Etnográfico a realizar por aquela Rancho, no dia 29 de junho de 2014;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Contratação de professores – Feira Viva”; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão de 27 de junho de 2014, do assunto “Plano para reparação da Rede Viária do Concelho”;-----
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 02 de junho de 2014; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Contratação de professores – Feira Viva”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos membros da Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no passado dia 20 de junho de 2014; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Maria José Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2014, uma vez ter, nessa tarde, uma reunião em Tomar que a impossibilita de chegar atempadamente à sessão, pelo que solicita a sua substituição na referida sessão;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e
-



- Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de junho de 2014; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), relativo a aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de junho de 2014; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de junho de 2014;-----
  - Ofício do munícipe Manuel António Mota Ferreira da Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando autorização para intervir nesta sessão da Assembleia Municipal, de 27 de junho de 2014; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Fernanda Paula Oliveira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2014, por motivos profissionais, pelo que solicita a sua substituição na referida sessão; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Manuel Santos, através do requerimento subordinado ao assunto “Contrato de aquisição e manutenção de equipamentos de digitalização”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – Manuel Santos, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através do requerimento que apresentou subordinado ao assunto “Contrato de aquisição e manutenção de equipamentos de digitalização”;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira, através do requerimento subordinado ao assunto “Campos de Minigolfe votados ao abandono”;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira, através do requerimento subordinado ao assunto “Arrifana – Indústria a laborar num
-



*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

- estabelecimento comercial”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – Filipe Moreira, remetendo, em formato digital, dois ofícios entretanto rececionados do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através dos requerimentos que apresentou subordinados aos assuntos “Campos de Minigolfe votados ao abandono” e “Arrifana – Indústria a laborar num estabelecimento comercial”; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através do requerimento sobre a requalificação das Ruas Padre Zé/Outeirinho – Santa Maria de Lamas; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – Margarida Gariso, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquela deputada municipal através do requerimento que apresentou sobre a requalificação das Ruas Padre Zé/Outeirinho – Santa Maria de Lamas; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através do requerimento sobre o Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – Moisés Ferreira, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através do requerimento que apresentou sobre o Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira; -----
  - Ofício do Sr. Secretário-geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar da publicação editada pelo Professor Doutor Sidónio Pardal “Ser Autarca, Missão e Desafios”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, remetendo, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º do Regimento, os
-



documentos que, nesse âmbito, foram rececionados para serem submetidos a discussão no Período de Antes da Ordem do Dia desta sessão de 27 de junho de 2014, bem como documento onde se dá nota dos assuntos a tratar pelos dois munícipes inscritos para intervir no Período de Intervenção do Público; -----

- Convite do Sr. Presidente do União da Mata Futebol Clube, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na “Caminhada Jacinto Nogueira”, a realizar no dia 6 de julho de 2014; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projeto de Resolução apresentado na Assembleia da República pelos Srs. Deputados Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira, recomendando ao Governo que não proceda à privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, bem como informando que o mesmo foi discutido no Parlamento no dia 26 de junho de 2014;-----
- E-mail da Comissão de Pais da Escola EB1 do Soutelo-Fiães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pedindo para intervir nesta sessão da Assembleia Municipal, de 27 de junho de 2014, sobre o encerramento da dita escola; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, informando de uma terceira inscrição para o Período de Intervenção do Público desta sessão, de 27 de junho de 2014; -----
- E-mail de Juliana Canedo Rocha – cidadã seguinte na lista eleitoral do Partido Social Democrata, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2014, por compromissos já assumidos; -----
- Diversos jornais e revistas.”-----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, deu nota da existência de duas moções e uma recomendação que o membro Moisés Ferreira, nos termos regimentais, remeteu aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão, para serem apreciadas nesta sessão – e que foram enviados, por e-mail, aos membros da Assembleia – dizendo que concederia a palavra ao membro Moisés Ferreira para fazer a apresentação desses documentos



e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre os mesmos. -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar à Assembleia os documentos referenciados cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – CONTRA O ENCERRAMENTO DE ESCOLAS E POR UMA REDE PÚBLICA DE CRECHES NO CONCELHO-----

O Governo PSD/CDS anunciou o encerramento de 311 escolas no País. O distrito de Aveiro é o segundo mais afetado com esta medida e Santa Maria da Feira vê encerrarem mais 6 escolas, a saber: EB da Carvalhosa em Arrifana, EB de Mosteirô na freguesia de Canedo, EB de Soutelo em Fiães, EB do Viso em Lobão, EB de Vilares em Canedo e EB de Tarei em Souto. -----

Nos últimos anos 12 anos encerraram cerca de 6500 escolas no País e este Governo continua a obra de destruição massiva na Educação. -----

Encerramento de escolas significa, na esmagadora maioria dos casos, maiores deslocções das crianças e isso é um problema particularmente relevante no concelho de Santa Maria da Feira onde a rede de transportes é pouca e onde a rede viária é fraca. -----

O encerramento de escolas com o único argumento de que há poucos alunos em algumas delas não pode colher apoio, até porque muitas dessas escolas poderiam ser dotadas de outras ofertas educativas bem necessárias à população. Falamos, por exemplo, de uma rede pública de creches.-----

Ela poderia existir nas escolas com menos alunos e resolveriam vários problemas: 1) deixaria de haver o argumento de falta de alunos; 2) resolver-se-ia um problema social que é a falta de oferta pública de creches, o que traz graves transtornos a várias famílias. -----

Pelo acima exposto e pelas consequências que tais medidas terão na população de Santa Maria da Feira, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 27 de junho de 2014, delibera: -----

1. Manifestar a sua oposição à intenção do Governo de encerrar mais 6 escolas no concelho de Santa Maria da Feira;-----
  2. Recomendar à Câmara Municipal para que faça pressão junto do Governo para a criação de uma rede pública de creches a funcionar nas instalações de escolas primárias com menos
-



5  
B  
17

alunos.”-----

“MOÇÃO – RECUSAR A PRIVATIZAÇÃO DA EGF E DA SULDOURO-----

O Governo PSD/CDS pretende privatizar o mais rápido possível a Empresa Geral de Fomento (EGF). Esta empresa do grupo Águas de Portugal é a principal responsável pela gestão de resíduos em Portugal, operando em 174 municípios, entre os quais Santa Maria da Feira, através da Suldouro. -----

A Suldouro é detida maioritariamente pela EGF (60%) e em 15% pelo município de Santa Maria da Feira e em 25% pelo município de Vila Nova de Gaia. A privatização da EGF levará, por isso mesmo, à privatização da Suldouro. -----

A privatização da gestão de resíduos é um péssimo negócio para o Estado e é também uma péssima solução para os municípios e para as pessoas.-----

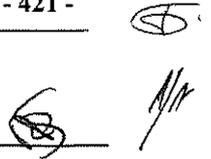
É um péssimo negócio para o Estado porque esta é uma área que dá lucro; é um péssimo negócio para as autarquias porque ficarão sem poder nenhum dentro das empresas que ficarão dominadas pelos interesses dos privados; e um péssimo serviço às populações porque previsivelmente as empresas privadas, para maximizar os seus lucros, aumentarão as tarifas cobradas aos munícipes.-----

A gestão dos resíduos é uma área importantíssima para a qualidade de vida e para o bem-estar das populações e não pode ser detida pelos interesses privados. Por isso mesmo não se pode permitir a privatização da Suldouro, o que afetaria enormemente os feirenses. -----

A própria Associação Nacional de Municípios já manifestou publicamente a sua oposição à privatização da EGF e à forma como o Governo tenta impor a mesma privatização aos municípios, o que levanta, inclusivamente, problemas legais e constitucionais. -----

Pelo acima exposto e pelas consequências que tais medidas terão na população de Santa Maria da Feira, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 27 de junho de 2014, delibera: -----

1. Manifestar a sua oposição à intenção de privatização da EGF e, por decorrência, à intenção de privatizar a Suldouro; -----
2. Manifestar a sua oposição à atuação do Governo nesta matéria que impossibilita os municípios de adquirirem a maioria do capital da Suldouro, mantendo o seu serviço público; --
3. Recomendar à Câmara Municipal que interponha uma providência cautelar contra a privatização da Suldouro, à imagem de outros municípios que já foram bem sucedidos nesta



estratégia.-----  
4. Enviar a presente moção a todos os Grupos Parlamentares e à presidência da Assembleia da República.”-----

“RECOMENDAÇÃO – CRIA O PROGRAMA DE PEQUENAS OBRAS AO DOMICÍLIO NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA-----

O desemprego galopante, a quebra de rendimentos e a perda de apoios sociais, nomeadamente o subsídio de desemprego por parte de desempregados de longa duração são uma face muito visível do Portugal atual. O concelho de Santa Maria da Feira não escapa a esta realidade que tem consequências muito concretas na qualidade de vida dos feirenses. -----

Por todos estes motivos muitas famílias – em especial aquelas com maiores dificuldades financeiras e as pessoas mais idosas – têm visto deteriorar as próprias condições de higiene, segurança e salubridade das suas habitações. -----

Sem dinheiro para realizar pequenos arranjos e pequenas obras nas suas habitações, a situação destas famílias complica-se a agrava-se ainda mais, colocando em causa as condições de vida mais básicas. -----

A Câmara Municipal deve fazer tudo o que está ao seu alcance para combater as consequências da crise e da austeridade na vida das pessoas. Pode e deve fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir a qualidade de vida a todos os feirenses e garantir que todos os que vivem no concelho tenham condições dignas de vida e de habitação. -----

Por isso, deve aproveitar os recursos humanos e materiais que tem ao seu dispor para ajudar as famílias mais carenciadas e mais idosas a realizar pequenos arranjos e pequenas obras que são necessárias nas suas habitações.-----

Estamos a falar, muitas vezes, de pequenos gestos, como pequenos trabalhos de pichelaria ou de trolharia, pequenos arranjos no telhado e nas paredes, substituição de uma torneira ou arranjo do estore de uma janela, por exemplo.-----

Pequenos gestos que fazem toda a diferença na qualidade de vida das famílias feirenses e que pouco custo teriam para o município, uma vez que já dispõem de pessoal e material para estes serviços. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 27 de junho de 2014, recomenda à Câmara Municipal: -----



*[Handwritten initials]*

*[Handwritten mark]*

Implementar no concelho o Programa de Pequenas Obras ao Domicílio destinado a famílias e agregados familiares com maiores dificuldades financeiras ou mais idosos e que consiste no apoio à manutenção de condições de salubridade e habitabilidade das suas casas.” -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Dos três documentos aqui apresentados pelo BE, há um que merece especial atenção - que é a moção contra o encerramento de escolas do 1.º CEB.-----

O que aqui está em causa não é somente o encerramento de mais 6 escolas, como muitos fazem crer. -----

O que aqui está em causa é o afastamento da escola das populações, é a degradação e destruição da Escola Pública. Aliás, destruição iniciada nos Governos de Sócrates, que nunca teve em conta argumentos pedagógicos.-----

O rejeitar desta moção é o rejeitar da Escola Pública que praticamente erradicou o analfabetismo astronómico que existia no fascismo. -----

É o rejeitar a Escola que emancipou a mulher e as classes desfavorecidas.-----

É rejeitar a Escola democrática.-----

É rejeitar a escola que criou a geração mais formada e preparada de sempre da história de Portugal.”-----

Usou da palavra o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que começou por enaltecer e considerar como brilhante aquilo que foi exposto pelo Sr. Presidente da Assembleia de Crianças de Santa Maria da Feira, destacando essencialmente duas palavras que foram por ele ditas, no caso, cidadania e solidariedade. Referiu que, nos dias de hoje, tais palavras são tão ou mais importante que liberdade e democracia, sublinhando ser muito importante que tais crianças já reconheçam a importância dessas palavras e o que as mesmas representam, e a relevância que têm para o futuro de todos. -----

Em relação à recomendação, referiu que o CDS-PP considera tratar-se de uma recomendação bastante interessante, salientando que com pequenas coisas se conseguem grandes feitos e que prova disso foram as iniciativas levadas a cabo pela própria Assembleia de Crianças. Disse que hoje, mais do que nunca, muitas pessoas não têm possibilidades em termos monetários



para estruturar aquilo que são coisas muitas vezes básicas e essenciais para o seu bem-estar, ressaltando que com um pequeno esforço, com vontade e alguma disponibilidade financeira, a Câmara poderá conseguir grandes coisas que são muito relevantes na vida das pessoas. Frisou que o CDS-PP acompanha essa recomendação. -----

Sobre a moção contra o encerramento de escolas e por uma rede pública de creches no Concelho, realçou a questão da rede pública de creches para frisar que essa é uma falta imensa, não só no Concelho mas por quase todo o País, e que é uma situação que urge ser revista e repensada, sublinhando ser uma realidade que as famílias têm imensas dificuldades, ou por falta de apoio familiar ou por falta de recursos financeiros, para colocarem os seus filhos em locais que, para além de aprazíveis, ofereçam segurança. -----

No que respeita ao encerramento das escolas referiu não se poder continuar a rebater pela necessidade de ter tudo usando a simples razão e argumento de que junto da nossa capela deve existir tudo. Disse achar importante que, caso seja possível desenvolver outro tipo de soluções, sejam pedagógicas ou estruturais, que tragam mais-valias para a educação das crianças e até para o bem-estar para os pais, as pessoas estejam abertas a essas possibilidades e não apenas considerem que o encerramento puro e duro vai trazer penalização pura e dura. Deu nota que, em relação a esta moção, se iria abster. -----

Sobre a moção que aborda a questão da privatização da EGF disse que, apesar de ser uma situação que preocupa a todos, o governo pretende levá-la avante. Frisou ser um assunto que tem suscitado muitas dúvidas, não só pelas câmaras como pelas entidades que representam os municípios, bem como pelos próprios cidadãos, realçando existir movimentos de cidadãos que têm questionado esta problemática. Nesse âmbito, disse ser urgente perceber aquilo que é possível fazer e aquilo que será benéfico para as pessoas e para as comunidades e, portanto, para todos os municípios. -----

Concluindo a sua intervenção, disse que a questão da privatização da EGF não pode ser adiada e que deve ser, desde já, pensada, fazendo sobressair a importância da recolha do máximo de informação e, acima de tudo, perceber o que vai representar a privatização para as pessoas para que tal não se torne num exemplo nefasto, como outros ocorridos. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por dizer, quanto à moção contra o encerramento de escolas e por uma rede pública de creches no Concelho,



que o grupo municipal do PS não aceita o encerramento, salientando que a posição de muitos municípios tem sido nesse sentido, ou seja, de não aceitar que, unilateralmente, o governo decida encerrar escolas sem que exista uma negociação, sem que exista uma assunção da responsabilidade da parte da Câmara Municipal, da decisão ou codecisão de encerrar. -----

Salientou que, na perspetiva do grupo municipal do PS, tal encerramento só pode acontecer se envolver os pais e professores, se envolver toda a comunidade escolar, e sejam definidos os critérios, as questões dos transportes, os custos associados e as alternativas existentes. Referiu que, tanto quanto sabe, tal envolvimento não aconteceu e, como tal, o grupo municipal do PS não pode concordar que haja uma renúncia à decisão por parte da Câmara Municipal e que esta, sem procurar esse diálogo e essa negociação no intuito de acautelar os legítimos interesses das populações, aceite que o governo possa decidir, unilateralmente, o encerramento das escolas.-----

Disse concordar que a rede de creches é uma necessidade e que pode ser uma alternativa, entre outras, reafirmando discordar com a decisão de encerramento das escolas atendendo à circunstância do processo não ter sido suficientemente debatido, explicado e aceite por todas as partes envolvidas, frisando que as pessoas têm que ser ouvidas, têm que poder intervir nestas situações e têm que ter alternativas.-----

Relativamente à recusa em privatizar a EGF, salientou que o grupo municipal do PS está inteiramente de acordo com a moção. Disse que com essa privatização está-se a querer privatizar a chamada joia da coroa, salientando ser sabido que a privatização da EGF, à semelhança do que tem acontecido em diferentes privatizações e concessões, como no caso da Indaqua Feira, será em prejuízo de todos os contribuintes, em benefício somente de alguns. Frisou que se a empresa dá lucro, que dê lucro para todos os contribuintes, como sócios desta comunidade que é Portugal, sublinhando que, portanto, o grupo municipal do PS está inteiramente de acordo com a moção, rejeitando a privatização. -----

Quanto às pequenas obras ao domicílio no concelho de Santa Maria da Feira, disse ser do entendimento do grupo municipal do PS que exista um reforço efetivo das verbas para poder apoiar essas medidas e, dessa forma, poder fazer face a algumas dificuldades que muitas famílias estão, efetivamente, a enfrentar.-----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que, sobre a moção relativa ao encerramento



5  
M

das escolas disse que, independentemente do sentido de voto manifestado pelos diferentes grupos municipais, uma coisa é o voto político e outra coisa é a realidade verificada no Concelho, sobre este tema. Nesse sentido, referiu que o aconteceu no concelho de Santa Maria da Feira não foi nada unilateral por parte do governo, ressaltando ter havido conversações e que a própria Câmara Municipal tratou o assunto, pelo que considerava de todo o interesse que a Câmara desse um esclarecimento cabal sobre essa matéria, o que solicitou. -----

Fez sobressair que as escolas são para servir os alunos, que toda a organização escolar é pensada no interesse dos alunos e para que estes tenham uma boa educação, e não por outros interesses, sejam quais forem. Disse ser do entendimento que uma escola com meia dúzia de alunos nunca poderá funcionar bem, sublinhando que a própria socialização desses alunos não é conseguida.-----

Sobre o programa de pequenas obras ao domicílio no Concelho, referiu que só um desconhecimento daquilo que a Câmara Municipal vem fazendo ao longo dos últimos anos, através da sua Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, pode originar a que o Bloco de Esquerda tivesse apresentado esta recomendação. Frisou que tais pequenas obras ao domicílio já vêm sendo feitas há bastante tempo, que tal já acontece mesmo antes do início da crise que se atravessa, ou seja, que já antes do ano de 2011 a Câmara levava a cabo tal medida. Sublinhou que a Câmara continuará, com certeza, a ter essa particular atenção, dando nota que o grupo municipal do PSD vota contra a recomendação por julgá-la desnecessária. -----

Em relação à moção sobre a privatização da EGF e da Suldouro, sublinhou que a Câmara tomou a posição que entendeu que devia tomar, que foi não vender a sua participação na Suldouro, não se deixando seduzir pelos 1 ou 2 milhões de euros que pudesse valer a sua participação na Suldouro, deliberando manter essa participação. Disse não valer a pena estar-se com fait-divers e a falar-se de providências cautelares, ressaltando que essas custam dinheiro e que já foram interpostas bastantes, por outros municípios, e que todas foram chumbadas, dizendo ser do entendimento que a Câmara tomou a decisão que devia ser tomada, ou seja, a de não alienar a participação que tem na Suldouro. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que, aludindo à moção sobre a privatização da EGF, disse que a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não alienar a sua participação na Suldouro, prescindindo de 1,6 milhões de euros, entendendo ser essa a

---



posição correta. Disse também ser da opinião que o governo não deveria privatizar mas que essa foi uma opção política que o governo tomou, e que está no direito de o fazer. -----

Referiu saber que outros Presidentes de Câmara interpuseram providências cautelares que não tiveram provimento, dizendo, nesse âmbito, que a menos que seja por razões muito profundas, de última instância, custa-lhe ver que a política seja decidida nos tribunais. Afirmou que o País está a enveredar por um combate político nos tribunais e que, depois, isso dá no que dá. -- Reafirmou que a posição da Câmara foi a de manter a sua participação na Suldouro, prescindindo de 1,6 milhões de euros, mas continuando a ter um elemento no Conselho de Administração e um elemento na Assembleia Geral da Suldouro. -----

Em relação à questão do encerramento de escolas, disse ter sido um processo ao qual a Câmara teve o máximo de cuidado. Referiu ser a favor da boa escola pública, mas sempre no interesse dos alunos, esclarecendo que a Câmara concordou com o encerramento das seis escolas mencionadas e que, para isso, dialogou com toda a comunidade educativa, incluindo os pais. -----

Deu nota que, das seis escolas a encerrar, a Escola de Soutelo, em Fiães, iria ficar com 5 alunos do 4.º ano; a da Carvalhosa, em Arrifana, ficaria com 5 alunos do 3.º ano; a do Viso, em Lobão, ficaria com 2 alunos do 3.º e do 4.º ano, um de cada ano; e que a de Tarei, em Souto, ficaria com dois alunos nos 3 níveis de ensino. Quanto às duas escolas a encerrar em Canedo, referiu que a Câmara concordou com o encerramento das mesmas uma vez que o novo Centro Escolar de Canedo vai entrar em funcionamento, salientando que esse Centro Escolar já foi construído no sentido de efetuar esses encerramentos. -----

Disse considerar ser preferível, na defesa do interesse dos alunos, que os mesmos sejam deslocados para outras escolas, destacando estar em causa deslocações muito pequenas, nalguns casos de algumas centenas de metros, e não de quilómetros. -----

Relativamente às pequenas reparações, frisou que a Câmara tem vindo a desenvolver, há bastante tempo, um trabalho muito apurado nesse campo através da sua Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, em colaboração com as Juntas de Freguesia, ressaltando que tal trabalho tem sido feito sem muito alardo porque considera que, muitas vezes, tais situações não devem ser ditas na praça pública. -----

Concluindo, sublinhou que quando é preciso resolver alguma situação a Câmara, muitas vezes em articulação com as Juntas de Freguesia, tem-no feito, sublinhando que tal trabalho tem



funcionado bem desse modo e que é intenção da Câmara continuar a fazê-lo. -----

Posto isto, *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter a votação os documentos apresentados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção apresentada pelo BE intitulada “Contra o encerramento de escolas e por uma rede pública de creches no Concelho”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS: 17, BE, CDU), 30 votos contra (PSD, Ind.) e 3 abstenções (CDS-PP, PSD: 1 – António Valdemar Ribeiro, PS: 1 – Valdemar Alves Silva), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo BE intitulada “Recusar a privatização da EGF e da Suldouro”*: ---

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 18, BE, CDU), 31 votos contra (PSD, Ind.) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

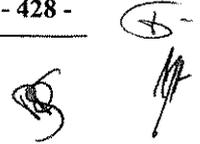
– *Recomendação apresentada pelo BE intitulada “Cria o Programa de Pequenas Obras ao Domicílio no concelho de Santa Maria da Feira”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos a favor (BE, CDU, CDS-PP), 31 votos contra (PSD, Ind.) e 18 abstenções (PS), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Ultrapassada a discussão e votação das moções e da recomendação, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia. Registadas as inscrições pela Mesa, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro Valter Amorim. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que começou por questionar qual o ponto da situação da USF de Milheirós de Poiares, dizendo tratar-se de uma obra que é urgente realizar-se.-----

Em seguida, aludiu à situação verificada na unidade de saúde de Mozelos, relacionada com a



falta de médicos, realçando que, pelo que sabe, houve uma excelente intervenção da Junta de Freguesia que diligenciou na tentativa da rápida resolução da falta de clínicos, para dar cobertura e resposta daquilo que são as necessidades dos seus concidadãos. Referiu que, pelo que foi tornado público, tal situação vai ser solucionada com a celebração de um contrato de prestação de serviços, com a durabilidade de um ano, questionando o que vai acontecer quando terminar esse ano. -----

Destacou que a situação verificada em Mozelos também acontece noutras zonas do Concelho, questionando se a Câmara Municipal, em colaboração com as Juntas de Freguesia, está a fazer algum levantamento dessas situações e se já indagou soluções para as mesmas, dada a relevância que tais situações representam para as populações.-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“1 – No encontro da ADRITEM, que se realizou no ISVOUGA, ficou patente (como já denunciado pela CDU por inúmeras vezes) que no Concelho de Santa Maria da Feira se regista a ausência de uma rede de transportes de qualidade e capaz de satisfazer os interesses da população. -----

Posto isto, resta-nos questionar a Câmara Municipal sobre o que pretende fazer para solucionar este problema. Não aceitamos como resposta atos propagandísticos como os publicados recentemente nos órgãos de comunicação social, pois quanto à Transfeira a única alteração registada num serviço tão frágil, foi a alteração das cores do autocarro.-----

Aproveitamos, ainda, para questionar o executivo se há algum estudo no respeitante à mobilidade e transportes no concelho. Caso não exista, quando o pretendem realizar?-----

2 – Todos nós sabemos que Santa Maria da Feira foi o concelho que registou o maior número de ignições de fogos florestais e que a mancha de eucaliptos continua a proliferar. O que nós, aqui, queremos saber é se a atual regulamentação para a plantação de árvores está a ser cumprida? -----

3 – Ainda no inverno passado, o executivo tentou por várias formas fazer passar a mensagem de que a autoescada era uma questão menor e não lhe via a necessidade. Porém as corporações de bombeiros continuam a insistir na necessidade de uma autoescada. Senhor Presidente, este problema está resolvido? -----



4 – Ainda esta semana – e baseando-se em números que nada têm de pedagógico/científico – o Governo anunciou o encerramento de mais 311 escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Destas 6 são no nosso município.-----

Dentro deste grupo que tenta destruir a Escola Pública – ao qual se junta o PS, pois foi quem iniciou os encerramentos de escolas – juntam-se aqueles que defendem a municipalização do ensino, mesmo sabendo que as Câmaras Municipais não estão preparadas para assumir este encargo. Prova de que não estão preparadas é que desde 1988 que estão com os edifícios escolares e que não os conseguem manter de forma adequada.-----

Senhor Presidente, foi anunciado por membros da Câmara Municipal – na freguesia de Fiães – que a Escola Básica do Chão do Rio ia ser alvo de uma modernização. Quanto pretende a Câmara gastar nesta intervenção? Quando a pretende fazer? Já está projetada? De onde vem o financiamento? Ou será uma obra prometida à semelhança do que aconteceu em Arrifana, onde ainda se esperam as obras no centro escolar há 8 anos.-----

Senhor Presidente, deixo-lhe ainda algumas questões que queremos ver esclarecidas:-----

. Quantas escolas faltam ligar à rede pública de saneamento?-----

. Quantas escolas precisam de passadeiras na via pública?-----

. Quantas escolas têm telhados de fibrocimento com amianto no nosso concelho?-----

Relembro que para estes problemas foi prometida solução há mais de 10 anos.-----

5 – Numa recente e atrasada resposta do executivo a um dos nossos requerimentos ficámos a saber que o executivo tem conhecimento do estado de abandono em que se encontram algumas das infraestruturas do nosso concelho, nomeadamente os campos de minigolfe. Ficámos, também a saber que o executivo não prevê qualquer tipo de iniciativa para revitalização e dinamização destas infraestruturas.-----

Com este desleixo, o executivo dá, uma vez mais, razão à CDU quando o acusa de promover obras eleitoralistas que em nada beneficiam o concelho e as populações. É lamentável que o executivo não tenha qualquer tipo de resposta para solucionar os elefantes brancos que foram sendo criados ao longo dos anos.-----

6 – Para terminar, e porque já lá vai praticamente um ano que foi aprovado na Assembleia Municipal. A Câmara Municipal já tem um espaço público para a atribuição do nome de Álvaro Cunhal? Se não tem, quando pretende ter? E, tem a Câmara Municipal, alguma comissão ou grupo de trabalho para as questões de toponímia, nomeadamente para a solução



*(Handwritten marks and signature)*

de questões relacionadas com as Uniões de Freguesia?”-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por aludir a um requerimento apresentado pelo BE em que perguntava à Câmara Municipal quantos animais os serviços camarários capturaram durante o ano 2013 e qual o destino que lhes foi dado. Referiu que a Câmara respondeu dizendo que em 2013 capturou 427 cães e 205 gatos, perfazendo um total de 632 animais, e que foram para adoção 114 animais e que foram abatidos 195. Sobre essa questão, questionou se é compatível a um município do Séc. XXI proceder ao abate de centenas de animais por ano, e se a Câmara tem medidas para promover a adoção e outras medidas de modo a impedir a reprodução de animais errantes, nomeadamente a esterilização. Salientou, ainda, que pelos números facultados, falta saber o destino dado a 320 animais, questionando se continuam no canil ou se foram mandados para a lua. -----

Referiu que a segunda questão tem a ver com a denúncia feita pela população de Canedo de que estão a ser utilizadas toneladas de explosivos para proceder a rebentamentos, para desmancho de rocha, nas obras do aterro, causando danos nas habitações. Nesse âmbito, questionou se tais rebentamentos estavam previstos no estudo de impacto ambiental, bem como o modo como essas pessoas serão ressarcidas pelos danos causados. Comentou que o Sr. Presidente da Câmara certamente concordará que, para essas pessoas, ter 4 campos relvados de futebol não é grande contrapartida, sublinhando que aquilo que elas querem mesmo é a resolução dos problemas causados nas suas casas. -----

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que a terceira questão que tinha a colocar é relativa à unidade de saúde de Mozelos, perguntando como é que o Sr. Presidente da Câmara podia dar garantias de que aquela unidade de saúde é mesmo para funcionar e que não é somente para funcionar durante mais alguns meses para, depois, ser esquecida e encerrada. -----

Ressaltou que o problema da falta de médicos já aconteceu, por exemplo, em Sanguedo, dizendo ainda que através de uma resposta dada pelo governo a um requerimento do BE, ficou a saber-se que é intenção do governo fazer a fusão entre Sanguedo e Mozelos. Sobre essa resposta, comentou que é também sabido que quando o governo do PSD diz que quer fazer uma fusão é porque é para encerrar e que, portanto, a população não pode estar descansada quando sabe que, provavelmente, até haverá o tal reforço de médicos na unidade de saúde de Mozelos mas que tal acontecerá somente durante alguns meses. -----



5.

M

Concluindo a sua intervenção, o membro Moisés Ferreira reafirmou que gostava que a Câmara dissesse a esta Assembleia Municipal quais são as garantias que está a tratar para que aquela unidade de saúde continue, para sempre, em funcionamento. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) para falar, também, acerca da falta de médicos na unidade de saúde de Mozelos. Referiu que a população de Mozelos está em sofrimento uma vez que, efetivamente, não tem médicos para os poder assistir, ressaltando que a resposta, pelo que se sabe, vai ser no sentido de contratar médicos de modo temporário, dizendo esperar que essa solução não sirva para amornar a situação para, depois, encerrar essa unidade de saúde. -----

Frisou que essa situação resultou de erros da parte de quem governou a freguesia de Mozelos e a Câmara Municipal e que, perante os sinais muito claros do que podia acontecer, fez opções erradas. Salientou, a esse respeito, que se na altura se tivesse optado pelo modelo da Unidade de Saúde Familiar talvez a população estivesse, hoje, melhor servida e não estivesse a sofrer aquilo que está a sofrer. Disse que apesar de esperar que a solução encontrada seja rápida e eficaz, sabe que a mesma é temporária pelo que vai aguardar para ver se a mesma não representa um passo para o encerramento. -----

Referiu esperar que a situação verificada em Mozelos e a incapacidade que os políticos demonstraram para, perante os sinais e nos momentos próprios, tomarem as melhores opções em defesa das populações, tenham servido de lição para que, de futuro, não se repitam os mesmos erros. -----

Concluindo, reafirmou que caso a opção tivesse sido a de criar, no tempo oportuno, uma Unidade de Saúde Familiar na freguesia de Mozelos, provavelmente a situação seria, hoje, melhor do que aquela que é. -----

Interveio o membro *Márcio Correia* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Em virtude das alterações à comparticipação no transporte de doentes feitas pelo Ministério da Saúde do atual Governo PSD/CDS, originando o corte do apoio aos doentes oncológicos, que não têm capacidade financeira para pagar do seu bolso despesas de transporte e que nem têm por vezes na freguesia em que residem transportes públicos disponíveis, o Partido



*(Handwritten marks and signatures)*

Socialista na Assembleia Municipal vem junto da Camara Municipal recomendar que esta disponibilize a todos os cidadãos residentes no nosso concelho que sejam doentes oncológicos o transporte gratuito para tratamentos e consultas que estes necessitem para IPO Porto ou Centro Hospitalar Entre o Douro e Vouga.-----

O PS entende que a Camara Municipal mesmo com recursos financeiros escassos, mas com atenção e criatividade pode realizar esta medida que fará a diferença na vida dos doentes oncológicos e suas famílias. -----

Mesmo não sendo uma competência da Câmara Municipal, o Partido Socialista defende que esta medida tem um papel social essencial e que em muito ajudará a amenizar a “dor” de quem luta por vencer a doença. -----

Para a implementação desta medida em todas as freguesias do concelho o PS propõe à Câmara Municipal um trabalho em parceria com 21 Juntas de Freguesia, e com a Cruz Vermelha de Sanguedo. Assim fará com que os custos não sejam elevados, mas mais importante que isso é estar ao lado de quem sofre com uma medida próxima e útil junto de quem está a padecer de doença. -----

O PS apela a que o mais urgente possível que a Camara Municipal acolha esta sugestão e disponibilize o Transporte Gratuito para doentes oncológicos para IPO Porto ou Centro Hospitalar Entre o Douro e Vouga.” -----

-----

Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS) que começou por aludir à questão dos contadores roubados da Indaqua Feira, frisando que esse é mais um exemplo de que sempre que há um problema a decisão é constantemente em desfavor do município. Referiu pretender saber quando é que a Câmara Municipal vai mudar de atitude e passar a tomar decisões em favor do município, e contra a Indaqua Feira, comentado já ser altura de mudar de rumo a esse respeito. Concluiu mencionando o exemplo dado pela Assembleia de Crianças, salientando que essas crianças já estão a demonstrar serem melhores do que os membros desta Assembleia Municipal dado que, para além de terem apontado soluções, puseram as mãos na massa e foram pô-las em prática, comentando que com isso deram “um banho” aos deputados desta Assembleia Municipal, não com a água da Indaqua Feira, porque é cara, mas com água do tanque. -----

-----



Em seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, face às questões colocadas à Câmara. -----

Começando pelas questões colocadas pelo membro Filipe Moreira disse, a respeito da questão da falta de rede de transportes no Concelho, que a realidade verificada no concelho de Santa Maria da Feira é que as pessoas deixaram de usar os transportes coletivos, optando pelo transporte privado, sublinhando que a Câmara não tem, nem de perto nem de longe, meios para pôr autocarros a circular em todo o Concelho. Frisou que o Transfeira, apesar de cobrir um circuito pequeno, já é altamente deficitário, salientando que a Câmara não tem meios para alargar a todo o Concelho e que, portanto, não vale a pena ter essa ilusão. -----

Informou, ainda, estar a ser discutido, em sede da Área Metropolitana do Porto, a rede de transportes na Área Metropolitana, mas que admite não ter grandes expetativas a esse nível. ---

Em relação à questão do número de ignições de fogos florestais e área ardida no Concelho, fez notar que, em 2013, não ardeu mais área no Concelho mas que houve um maior número de ignições, sublinhando não ter dúvidas de que são de origem criminosas e que, portanto, é essencialmente um caso de polícia.-----

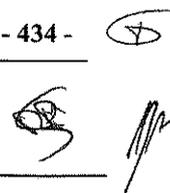
Sobre a questão da autoescada, disse que a mesma custa umas centenas de milhares de euros e que a Câmara não tem dinheiro para a comprar. Referiu que o concelho de Santa Maria da Feira não tem prédios assim tão altos, com 15 ou 20 andares, para necessitar de uma autoescada, realçando ainda que os concelhos vizinhos de São João da Madeira e Ovar têm esse equipamento pelo que, numa situação de necessidade, pode-se recorrer a eles. -----

Relativamente ao encerramento de seis escolas no Concelho, referiu que essa questão já foi explicada, reafirmando que se não houver alunos as escolas não podem permanecer abertas, frisando que a falta de alunos é um drama do País e que não vale a pena estar com politiquices em torno dessa matéria. -----

Quanto à Escola do Chão do Rio disse que, segundo tinha em mente, está prevista no Orçamento Municipal uma verba de 80 mil euros, informando que se estava a ultimar o projeto para lançar o procedimento do concurso. -----

Em relação ao número de escolas que faltam ligar à rede pública de saneamento, disse não ter esses números de memória, pelo que oportunamente iria informar.-----

Sobre a Câmara ter dito que não vai fazer obras nos campos de minigolfe, confirmou essa situação, realçando que a Câmara não tem dinheiro para gastar nisso e que tal situação não



está prevista no Orçamento. -----

Quanto à definição de um espaço público para homenagem ao Álvaro Cunhal, referiu que a Câmara ainda não pensou nesse assunto. -----

Em relação às questões colocadas pelo membro Moisés Ferreira disse, a propósito da questão dos animais, que a diferença do número de animais apontada se deve, segundo disse julgar, à transição dos números, de um ano para o outro. Referiu que, de facto, existem muitos animais errantes, que alguns têm que ser abatidos por encontrarem-se doentes devido a terem sido abandonados, o que é uma calamidade. Sobre os 320 animais em falta, disse que era bom que tivessem ido para a lua, mas que não foram, que estão em algum lado, reafirmando tratar-se de um problema que tem de ser resolvido. -----

Sobre os rebenfamentos nas obras do novo aterro e as habitações que terão ficado danificadas, disse saber que a Suldouro fez um seguro de 5 milhões de euros para garantir as indemnizações que as pessoas tenham direito e que, portanto, pensa que tal situação estará salvaguardada. -----

A propósito da recomendação feita pelo membro Márcio Correia, no sentido da Câmara providenciar transporte gratuito aos doentes oncológicos para o CHEDV ou para o IPO do Porto, disse ficar preocupado ao ver cair tudo em cima da Câmara e que receava que o Orçamento Municipal não aguento. Sublinhou que essa é uma competência do Ministério da Saúde mas que, apesar disso, vai inteirar-se da situação para ver o que pode ser feito. -----

Em relação à questão dos contadores roubados, colocada pelo membro Sérgio Cirino, frisou que a Câmara está sempre ao lado dos consumidores. Disse que a questão dos contadores roubados está omissa no contrato da concessão, que não está claro de quem é a responsabilidade, informando que a Câmara está a debater essa questão com a Indaqua Feira. -

Quanto ao estado da Saúde no Concelho, de que falou o membro Valter Amorim, disse ter a certeza que o concelho de Santa Maria da Feira é o melhor do País, quer em cuidados de saúde primários, quer hospitalares. Disse ter acompanhado muito de perto toda a reorganização da rede de cuidados de saúde primários, levada a cabo ainda no tempo do governo socialista, salientando que, para o Concelho, essa reorganização previa a constituição de três USF. Recordou que, na altura, a Câmara conseguiu convencer algumas freguesias a fechar as suas unidades de saúde porque fazia mais sentido agrupar, mas que houve zonas do Concelho onde isso não foi possível, salientando ser mais fácil gerir uma unidade de saúde



com 6, 7 ou 8 médicos do que uma com 1 ou 2 médicos, porque se faltar 1 ou 2 médicos é mais fácil resolver o problema. Reafirmou que, apesar disso, o concelho de Santa Maria da Feira continua a ter a melhor rede de cuidados de saúde primários do País, e que não tinha dúvidas disso. -----

Ainda no âmbito do assunto referiu que duas das USF que ficaram planeadas construir já estavam contratualizadas, nomeadamente as de Argoncilhe e Milheirós de Poiares, informando que a de Argoncilhe está prestes a concluir-se. Quanto à USF de Milheirós de Poiares, salientou que foi aberto concurso público mas que a verba que o Ministério disponibilizou não era suficiente e que, portanto, o processo foi devolvido no sentido de ser reformulado o projeto ou, então, disponibilizada a verba suficiente. Frisou que, já na qualidade de Presidente de Câmara, reuniu com as entidades responsáveis para questionar sobre essa matéria e que até mostrou a disponibilidade da Câmara em avançar com o concurso caso lhe fosse, desde logo, enviado o projeto e garantido que o contrato-programa seria assinado em breve, mas que a Câmara ainda está a aguardar por uma resposta. -----

Ainda na área da Saúde, disse que queria deixar uma nota respeitante à situação do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga (CHEDV), dado ter sido um assunto que foi falado, com preocupação, na última sessão da Assembleia Municipal. Disse que após as notícias alarmantes que surgiram de que seriam encerradas algumas valências do CHEDV, esteve reunido com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, em maio último, e que recebeu da parte dele a garantia de que não seria encerrada nenhuma valência e que o Centro Hospitalar ainda iria receber o reforço de algumas especialidades. -----

Informou que, na sequência dessa reunião, recebeu ontem um e-mail, proveniente da ARS Norte, que remete um ofício subscrito pelo Sr. Presidente do Conselho Diretivo da ARS Norte, Dr. Castanheira Nunes, que passou a ler e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Na sequência da reunião realizada com Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado, Dr. Manuel Teixeira, nesta ARSN, no dia 21 do passado mês de maio, foi objeto de análise o impacto do previsto na Portaria 82/2014, de 10 de abril, na organização e funcionamento do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE. -----

Na referida reunião, o Senhor Secretário de Estado da Saúde, afirmou que esta instituição hospitalar manteria todas as valências que atualmente dispõe, sendo que por mero efeito da aplicação da referida Portaria, não se determina quais as valências concretas que cada unidade



hospitalar deve disponibilizar. -----

Mais se informa que no âmbito do Plano Estratégico do Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, em análise está previsto o reforço de recursos humanos médicos, designadamente nas valências de Gastroenterologia, Endocrinologia, Reumatologia e Pedopsiquiatria.-----

A ARSN manifesta toda a sua disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional que entenda por conveniente”. -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a questão do hospital está, portanto, resolvida.-----

Proseguiu dizendo que, nessa mesma reunião que teve com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, aproveitou a oportunidade para apresentar o problema da unidade de saúde de Mozelos, alertando para a necessidade de substituição dos dois médicos que foram para a reforma, e que o Sr. Secretário de Estado disse-lhe que ia providenciar a substituição. Frisou que, em consequência disso, e passados uns dias, teve a confirmação por parte do Sr. Presidente da ARS Norte de que seria feito um contrato de prestação de serviços, de 70 horas, para colocar médicos na unidade de saúde de Mozelos.-----

Frisou perceber a preocupação da população, fazendo sobressair que há sempre uma décalage de um ou dois meses entre a decisão e a concretização dos contratos dado que há procedimentos a fazer, mas que existe a garantia de que os médicos que foram para a reforma serão substituídos, através de um contrato de prestação de serviços, e que espera que tal aconteça o mais rapidamente possível.-----

Quanto à questão sobre o futuro daquela unidade de saúde, referiu saber que um grupo de médicos decidiu avançar com a possível constituição da USF com outra freguesia porque, neste momento, já não terá os utentes que teria há 7 anos. Salientou que do ponto de vista estratégico concorda que, de facto, há 6 ou 7 anos teria sido o momento adequado para avançar com uma USF em Mozelos, informando que ele próprio participou em reuniões, em algumas freguesias, para incentivar essa opção, mas que algumas delas acharam que não era a melhor opção e, hoje, são nessas freguesias que estão a acontecer estes problemas de falta de médicos. -----

Fez sobressair que perante as notícias, ao nível de cuidados de saúde primários, daquilo que se passa no País, a população feirense está muito bem servida e deve dar graças a Deus por isso, ressaltando que muitas vezes se discute, em relação ao concelho de Santa Maria da Feira, uma deslocação adicional de 1 ou 2 quilómetros quando, às vezes, veem-se notícias de populações



que, de repente, têm de se deslocar 20 ou 30 quilómetros para terem um médico.-----  
Sublinhou que o País tem falta de médicos com a especialidade de medicina familiar, que há uma lacuna na formação que está a ser fortemente trabalhada pelas universidades e que, por isso, só será suprida dentro de 3 ou 4 anos, concluindo por destacar que, apesar de determinados problemas pontuais, as pessoas de Santa Maria da Feira devem estar descansadas dado que têm médicos, têm bons cuidados de saúde primários e, agora, têm a garantia da continuidade das valências do CHEDV e, até, do reforço de algumas especialidades.-----  
-----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

##### 1 – Ata N.º 5 – Sessão Ordinária de 30 de abril de 2014-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento em vigor, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor e 10 abstenções, aprovar a Ata n.º 5, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2014. -----

*Sairam os membros António Topa, José Carlos Silva e Alberto Tavares.*-----

##### 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do III Relatório de 2014, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL à data de 17 de junho de 2014, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia



Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) para, sobre o documento em epígrafe, dizer que queria pedir alguns esclarecimentos relacionados com edição de 2014 do Festival Internacional de Teatro de Rua – Imaginarius. Referiu que, tendo em consideração que houve uma alteração do formato organizativo desse festival, queria saber qual o custo global do festival, qual o volume de receitas diretas geradas pelo mesmo, qual a razão por que foi atribuída uma verba de 35 mil euros à Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, bem como qual a justificação para ter sido feito um contrato com a Goldcapacity, no valor de 8 mil euros, para a direção artística deste festival. -----  
Concluindo, questionou ainda se o vídeo promocional do festival foi no valor de 10.050,00 €, dizendo que se o foi isso representa 210 euros por segundo. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu que fosse o vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, Gil Ferreira, a dar os devidos esclarecimentos, dizendo que, antes disso, queria deixar a nota prévia de que a edição do Imaginarius de 2014 foi a mais barata de sempre. -----

Usou da palavra o Sr. Vereador *Gil Ferreira*, que começou por informar que apesar do Festival Imaginarius ter sido orçado no valor de 250 mil euros, o seu custo total foi de 219.309,10 €. -----

Sobre a questão das receitas diretas, referiu que o festival não produz receitas além dos apoios dados pelos patrocinadores e o financiamento que recebe através das candidaturas apresentadas e que, não tendo bilheteira, não é possível fornecer quais as receitas diretas. -----

Relativamente aos 35 mil euros que foram transferidos para a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, esclareceu que tal se deveu ao facto da Orquestra fazer parte da estrutura organizativa do evento, por ter sido a responsável pela produção de alguns conteúdos de programação, bem como por questões de parceria, de um acordo tripartido numa candidatura que foi apresentada à DGArtes e que foi aprovada. Referiu que ter a Orquestra feito parte da estrutura organizativa do Imaginarius trouxe ainda



outros ganhos, designadamente ao nível de questões financeiras. -----

Em relação ao contrato com a Goldcapacity, disse ter sido essa Associação a responsável pela direção artística da edição de 2014 do Imaginarius, fazendo sobressair que foi feita a aposta em dois jovens do Concelho que fazem parte de uma associação cultural que trabalha em prol do desenvolvimento de plataformas artísticas e culturais na Região. -----

Quanto ao vídeo promocional disse que, tal como toda a comunicação, foi feito com recursos endógenos do Município, através do Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal, e que, portanto, não teve custos. Referiu que a confusão do membro Sérgio Cirino talvez se prenda com o aluguer de um videoprojector, que esteve na base do espetáculo multimédia. -----

-----  
Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a presente matéria não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

-----  
**3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 27/12/2013)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, na sequência da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013, aludindo à informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, datada de 18 de junho de 2014 – oportunamente distribuída, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor seguidamente se transcreve:-----

“Na sequência da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2013 e da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013 no seu ponto 4, cumpre-me dar conhecimento que não foram assumidos compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, no período de 24 de abril até à presente data”-----

O Sr. Presidente da Assembleia, em face dessa informação, e confirmando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.-----  
-----



*(Handwritten signatures and initials)*

**4 – Prestação de Contas Consolidadas de 2013**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 02 de junho de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do Partido Socialista analisou o documento em referência e verificou existir uma tentativa um pouco estranha de ocultar o efeito que as empresas consolidantes têm nas contas do Município.-----

Referiu que se o Executivo da Câmara não queria fazer essa clarificação, então que ele o fazia, ressaltando que a dívida aumentou 2,9 milhões de euros, que o passivo agravou-se 1,718 milhões de euros, e que os resultados líquidos do exercício decresceram 107 mil euros. Salientou que, para além disso, no documento em questão não existe uma única palavra sobre a estratégia para o futuro, do que se fez bem e mal, daquilo que se pode melhorar e aquilo que se pode replicar. -----

Disse ter constatado, também, a existência de um aumento das receitas provenientes dos impostos e taxas municipais, traduzindo um esbulho de todos os feirenses, destacando que isso é visível nos 900 mil euros incluídos em Provisões de Cobrança Duvidosa. Ressaltou que, além disso, continua a verificar-se um atraso nos investimentos fundamentais para o desenvolvimento do Concelho, destacando que tais constatações traduzem uma inibição do progresso e do desenvolvimento necessário para melhorar a qualidade de vida de todos os feirenses.-----

Disse existir margem financeira para providenciar uma redução de impostos e taxas municipais bem como para providenciar um conjunto de investimentos necessários para o Concelho, fazendo sobressair que, ao longo dos últimos mandatos, foram feitos investimentos com falta de planeamento e concretizaram-se elefantes brancos que estão a esbulhar as contas do Município e levaram ao agravar a cobrança de impostos aos munícipes.-----



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que não iria repetir a discussão e os argumentos já tidos aquando da discussão dos documentos de Prestação de Contas nesta Assembleia Municipal, mas que aproveitava a oportunidade para colocar algumas questões que considerava importantes.-----

Referiu que a primeira questão prende-se com a dívida da Câmara Municipal, dizendo que, em 2013, a mesma era de mais de 57 milhões de euros, ressaltando que nem o atual Executivo da Câmara, nem os anteriores, alguma vez explicaram como é que, ao longo dos anos, se chegou a tal nível de endividamento. Salientou que o dinheiro não desaparece, que anda sempre de carteira em carteira e que se não está nos cofres da Câmara então é porque está na carteira de alguém. -----

Frisou que a Câmara tem de admitir que não tem obra para mostrar que justifique tal endividamento e que, portanto, entende importante que a Câmara Municipal explique aos feirenses como é que se chegou a este nível de endividamento. -----

Disse ser por causa desse nível de endividamento que é cobrado cada vez mais impostos municipais aos feirenses, entre os quais IMI, e que é por causa desse nível de endividamento que a Câmara tem vindo a apresentar orçamentos atrás de orçamentos em que as funções sociais têm sido literalmente talhadas, salientando que no Orçamento para 2014 se viu a existência de cortes substanciais nas funções sociais da Câmara. -----

Concluindo a sua intervenção, solicitou que a Câmara justifique como chegou aos 57 milhões de euros de dívida bem como dissesse até quando vai aplicar austeridade aos feirenses, com a cobrança de impostos excessivos e com o corte nas funções sociais, para pagar uma dívida que não é dos feirenses. -----

-----  
Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP), que começou por reforçar que a discussão das Contas da Câmara já foi tida na última sessão da Assembleia e que não iria estar, agora, a discutir para onde foi o dinheiro e de que forma se alcançou a dívida da Câmara, mas que considera importante fazer uma observação de algumas situações que se prendem, não com o que poderá estar a ser desenvolvido, mas com aquilo que foi desenvolvido nos muitos anos anteriores. -----

Referiu que a Prestação de Contas Consolidadas de 2013 reflete uma mudança radical em relação àquilo que tem que ser o domínio e o uso dos dinheiros públicos, e que isso não

---



aconteceu somente por obrigação, dizendo considerar importante que se reforce a questão de que muitas vezes as estratégias não são coerentes com aquilo que são os interesses das pessoas e que, efetivamente, podem criar dívida de uma forma quase insustentável. -----

Sublinhou que a discussão política deve ser em torno dessa questão, ou seja, rebater aquilo que foram as estratégias anteriores que conduziram a que hoje o Município tenha o volume de dívida que tem e que, mesmo assim, não tenha conseguido oferecer aos seus munícipes as condições que certamente desejaria e, em especial, aquilo que os municípios precisariam e pretenderiam. -----

Frisou que é necessário perceber que, ao longo de décadas, o rumo seguido não foi claramente o melhor, realçando que eventualmente não aconteceu o rigor, a transparência e o saber gerir de forma coerente aquilo que são dinheiros públicos, e que só dessa forma é que se entende o esforço feito e que está refletido nas Contas Consolidadas de 2013. Salientou que em todo o País está a ser exigido haver rigor e que, portanto, esse rigor também deve acontecer no município de Santa Maria da Feira. -----

Quanto ao aumento da dívida de médio e longo prazo, disse que tal aumento é perfeitamente compreensível em função daquilo que foi o PAEL, dizendo que, ainda assim, é preciso dar algum mérito ao facto de o volume da dívida não ter crescido na mesma razão do valor do próprio PAEL, significando ter havido um esforço superior para colmatar esse aumento da dívida e amenizá-la. -----

O membro Valter Amorim prosseguiu dizendo ser importante perceber que o total do ativo aumentou, tal como o crescimento dos fundos próprios, e que o total do passivo diminuiu, realçando ainda existir um conjunto de situações, como ao nível dos resultados financeiros, que, mesmo em valores negativos, foram melhorados. -----

Referiu, ainda, ser relevante o verificado na rubrica de resultados extraordinários, salientando que o incremento positivo face ao ano de 2012 significa, por si só, que há uma mudança de atitude que é fundamental, de uma vez por todas e pare sempre, implementar. -----

Concluindo a sua intervenção, sublinhou ser com base nesses aspetos, do rigor e da transparência, que o CDS-PP analisa os documentos, frisando ser necessário implementar medidas e procedimentos técnicos que sejam eficazes e que sejam boas práticas de gestão para que, de uma vez por todas, se acabe com aquilo que foi o passado. -----

---



5.

11/1

Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por comentar que com intervenções como a feita pelo membro Moisés Ferreira, com afirmações feitas sem a mínima responsabilidade, a política não pode ir muito longe.-----

Recordou que o documento de Prestação de Contas de 2013 da Câmara Municipal já foi discutido na última sessão da Assembleia Municipal e que, nesta sessão, o que está em discussão são as Contas Consolidadas. Referiu haver muita gente que convive bem com este tipo de lamaçal, e que gostam de vir para esta Assembleia atirar areia para o ar, mas que ele -- Fernando Moreira -- não se mete nesse lamaçal.-----

Disse assumir a responsabilidade política pelas suas votações nesta Assembleia, designadamente quando votou favoravelmente alguns empréstimos, nomeadamente um, de enorme valor, que foi feito para a construção de cerca de 800 fogos de habitação social. Sublinhou não ter culpa que alguns membros estejam nesta Assembleia há poucos dias, dizendo que esses, pelo menos, deviam averiguar o que foi feito no passado antes de dizerem que o dinheiro está na carteira de alguém, fazendo sobressair que tais afirmações revelam má-fé política e que se a intenção é discutir as contas propriamente ditas, então que se tenha a coragem de ir para o sítio certo fazer isso, que é nos tribunais.-----

Frisou que se está a tentar fazer passar, nesta Assembleia, mensagens erradas, como a de dizer que se paga muito IMI, salientando, a respeito do IMI, que no concelho de Santa Maria da Feira paga-se menos 20% do máximo permitido, sublinhando já não haver muitas pessoas que se deixam enganar por tais afirmações e que a prova disso está nos resultados verificados nas últimas eleições.-----

Sobre o proferido pelo membro Daniel Gomes, disse não saber quem lhe passou o papel para as mãos, mas que bastava ler o que consta da página 17 do documento de Prestação de Contas Consolidadas de 2013, o que fez em seguida, e cujo extrato lido seguidamente se transcreve: "Ao se proceder a uma análise a nível global, verifica-se uma melhoria em todos os resultados sem exceção.-----

Os proveitos globais gerados foram de 61.353.797,04 € enquanto os custos totais totalizaram 48.649.176,45 €, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 12.704.620,59 €."-----

Leu, em seguida, parte do relatório dos Auditores, que seguidamente se transcreve: "Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de terem sido retiradas as reservas, expressas na certificação legal das contas referente ao exercício



anterior, uma vez que foram materialmente resolvidas as situações nelas descritas.” -----  
Concluindo a sua intervenção, o membro Fernando Moreira referiu que, perante o que acabou  
de ler e perante aquilo que ouviu dizer-se nesta Assembleia, entende não ser com tais  
intervençãoes que se dignifica a política, muito menos a política local. -----

-----  
Interveio novamente o membro **Daniel Gomes** (PS) para, relativamente ao proferido pelo  
membro Fernando Moreira, esclarecer que ninguém lhe coloca papéis na mão e que foi ele  
quem estudou as Contas. -----

Frisou que apenas chamou a atenção que o efeito na consolidação de contas, ou seja, que  
quando foram colocadas as empresas no perímetro da consolidação, o efeito foi o aumento da  
dívida em 2,9 milhões de euros, o agravamento do passivo em 1,718 milhões de euros e que  
os resultados líquidos do exercício caíram 107 mil euros, ressaltando que tal se deve, muito  
provavelmente, à Feira Viva e que isso faz cair por terra a ideia de que essa empresa é  
autossustentável. -----

Destacou que outra coisa que colocou perante a Assembleia foi o seu entendimento de que o  
documento de Prestação de Contas Consolidadas, para além de comunicar os resultados,  
deveria indicar com muita clareza qual é a estratégia para o futuro, fazendo um ato de  
contrição. Disse que tinha sido claro na sua intervenção e que não valia a pena tentar-se  
enganar as pessoas, com outro tipo de palavras. -----

-----  
Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por dizer, em complemento à sua  
intervenção anterior, que quando falou que o dinheiro vai para algum lado, é preciso entender-  
se que estava a falar no plano e no domínio da política, ressaltando que quando, por exemplo,  
se abriu uma estrada para o Parque Empresarial da Cortiça, que custou 2 milhões de euros,  
mas não se avançou com esse Parque, então que essa é uma opção política que cria dívida e  
que não beneficia as populações. -----

Frisou que ao longo dos anos têm acontecido tais opções, destacando que, ainda nesta sessão,  
serão discutidos 550 mil euros para campos relvados em Canedo, e que são essas opções que  
conduziram a uma dívida de 57 milhões de euros. -----

Sobre o IMI, disse que a verdade é que as pessoas pagam, nominalmente, cada vez mais IMI  
porque as casas foram reavaliadas, salientando que em 2011 a Câmara cobrou 13 milhões de

---



*[Handwritten initials]*

euros de IMI, em 2012 foram 13 milhões e 800 mil e, em 2013, cobrou 14 milhões e 800 mil euros.-----

Como conclusão, frisou que as pessoas pagam cada vez mais impostos municipais e que essa é uma medida austeritária aplicada pela Câmara, tal como o governo aplica no País, para cobrir aquilo que é a dívida do Município e que não foi dívida contraída, muitas das vezes, em prol da população.-----

-----  
Usou da palavra o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por dizer que quem tivesse acompanhado as Contas da Feira Viva, que foram presentes à Assembleia Municipal para conhecimento, bem como as Contas da Câmara Municipal, teria chegado ao mesmo resultado do que consta nas Contas Consolidadas, sublinhando que as Contas Consolidadas mais não é do que a soma das contas da Feira Viva com as contas da Câmara Municipal.-----

Sobre a última intervenção do membro *Moisés Ferreira*, disse já aceitar o molde em que a fez, mas que não podia deixar de criticar a primeira intervenção do mesmo como muito infeliz. ----

Sobre a questão do IMI, disse ser conveniente esclarecer que a receita do IMI teria sempre possibilidades de aumentar uma vez que, a cada ano, existem isenções que terminam, até porque as isenções concedidas são, cada vez mais, de menos anos.-----

Ressaltou que, além disso, é verdade que houve uma reavaliação geral dos prédios que provocou algum efeito, salientando, contudo, que ainda não se sabe exatamente qual esse efeito porque, pelo que se consta, há concelhos que têm muitas construções recentes e que, apesar do valor da avaliação das mesmas ter aumentado, como a taxa de IMI a aplicar baixa, por exemplo, de 0,7% para 0,4%, acabam por pagar uma contribuição inferior à que pagavam. Referiu que no concelho de Santa Maria da Feira também existem algumas situações pontuais onde isso acontece mas que, na generalidade, o valor nominal a pagar de IMI aumentou, mas que é preciso ter em conta que no Município a taxa a aplicar aos prédios reavaliados é de 0,4%, quando o máximo permitido por lei é de 0,5%, representando um valor a pagar inferior em 20%.-----

Sobre a questão dos empréstimos e da dívida, disse estar-se a tentar dar uma ideia errada às pessoas, esclarecendo que a dívida da Câmara ronda os 57 milhões de euros, significando um custo anual aproximado, em amortizações e juros, entre 5 a 6 milhões de euros, e que isso prova que o Município é perfeitamente controlável e governável, ao contrário daquilo que se

---



tem andado a dizer ao longo dos últimos anos. Frisou ser também de realçar que, em 2013, a Câmara reduziu a sua dívida em cerca de 11 milhões de euros, fazendo sobressair que se está a fazer um cavalo de batalha de coisas que até estão a correr muito bem, reafirmando que a Câmara está numa situação perfeitamente controlada. -----

Concluiu a sua intervenção realçando que a dívida da Câmara ronda os 57 milhões de euros, traduzindo encargos anuais, em amortizações e juros, entre os 5 a 6 milhões de euros. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS), que começou por dizer que o documento das Contas Consolidadas é o corolário das Contas que foram discutidas, nesta Assembleia, em abril último, e que reflete as opções que foram feitas, frisando que muitas causam impacto na vida das pessoas e que são muito discutíveis. -----

Referiu que factos são factos e que um deles é que os impostos aumentaram 10%, e que outro é que a poupança baixou mais de 60%. Salientou que outro facto é que a proposta do Partido Socialista, de reduzir o IRS e o IMI, foi rejeitada, e que isso levou a um aumento das dificuldades das pessoas. -----

Concluindo, disse que fazer política social é, também, ajudar as pessoas nesse domínio, ressaltando que se a situação financeira da Câmara é, como se diz, boa e se existem condições para tal, então que se ajude as pessoas. -----

Seguidamente, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer estar surpreendido com a discussão em torno das Contas Consolidadas, ressaltando que tal documento mais não é do que o juntar as Contas da Câmara, aprovadas em abril por esta Assembleia Municipal, com as Contas da Feira Viva. -----

Em relação à intervenção feita pelo membro Moisés Ferreira, quanto à questão da dívida da Câmara, salientou ter muito orgulho no passado do Concelho e nas pessoas que o antecederam, sublinhando que, sempre que sai de Santa Maria da Feira, tem o prazer de ouvir muita gente dizer que Santa Maria da Feira é um concelho maravilhoso, frisando não ter dúvidas de que Santa Maria da Feira é um dos melhores concelhos do País para se viver. Referiu que os poucos que falam mal do concelho de Santa Maria da Feira são os do próprio concelho, comentando que esses só o fazem porque nunca saíram do Concelho. -----

Disse querer dar ainda nota que nas páginas 25 a 28 do documento de Prestação de Contas



5.

Consolidadas de 2013 estão listados os empréstimos obtidos e a finalidade dos mesmos, ressaltando haver muitos outros que já foram pagos e que, por isso, já não estão nessa listagem. -----

Salientou que apraz-lhe registar que os feirenses têm um concelho bem infraestruturado, bem servido de rede viária, com uma boa rede social, com boas escolas, com bons postos médicos, em suma, têm um concelho bom para se viver. -----

Frisou ter igualmente ficado surpreendido com as questões financeiras colocadas, dizendo que, no seu entendimento, se existe um indicador de excelência das Contas de 2013 são os resultados financeiros, destacando que a Câmara conseguiu baixar a sua dívida, reduziu os prazos dos pagamentos e que, portanto, não percebia essa crítica. -----

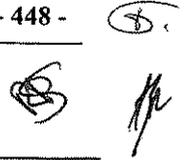
Quanto à crítica de que o documento das Contas Consolidadas não apresenta uma estratégia, disse julgar que a estratégia é mais associada ao Plano de Atividades e Orçamento, aos Planos Plurianuais de Investimento, e não às Contas, sublinhando que contas são contas. -----

Em relação a pensar-se, ou não, nos números, referiu que não pode deixar-se de pensar nos números e que o mal da política é que muitos pensam não ser preciso pensar em números. -----

Frisou que a estratégia da Câmara, em termos financeiros, é pagar a tempo e horas, destacando que a Câmara conseguiu, em 2013, baixar o prazo médio de pagamentos para 61 dias e que, agora, a Câmara já está a pagar a 45 dias. Referiu que a Câmara quer pagar sempre a tempo e horas, que só faz despesa tendo dinheiro para a pagar, e quer atender às prioridades que foram decididas para o Concelho, nomeadamente a criação de emprego e a coesão social. Deu nota que todos os dias tem recebido investidores e que, no Concelho, já existe uma preocupação em formar pessoas para os empregos existentes e que, portanto, os objetivos no que à criação de emprego diz respeito, estão a ser alcançados. -----

Quanto à coesão social, fez sobressair que para além da política de apoio a quem necessita, entende ser preciso a Câmara ter outra política, nomeadamente a de procurar retirar as pessoas da condição de apoiadas, tornando-as capazes de levarem a vida por si próprias. -----

Em seguida, e no seguimento de um aparte feito por um membro da Assembleia, o Sr. Presidente disse que queria levar o assunto muito a sério e que gostaria que as discussões fossem sérias, ressaltando também entender que os políticos têm baixado o nível da discussão e que estão a perder o respeito das pessoas que representam, pelo que referiu que iria tentar manter um discurso elevado. -----



Feito esse aparte, prosseguiu a sua intervenção questionando, a propósito das propostas feitas no Período de Antes da Ordem do Dia da presente sessão, quantas dessas propostas significavam o aumento da despesa, frisando não ter ouvido uma única que implicasse a diminuição da despesa e que, portanto, estranha como é que o Partido Socialista ainda venha dizer que há todas as condições para baixar impostos. -----

Quanto a pedir-se que se acabe com a austeridade, disse ainda não ter percebido o que é acabar com a austeridade e que espera que um dia lhe expliquem melhor o que é acabar com a austeridade, comentando que se é para gastar o dinheiro mal gasto então talvez seja melhor manter a austeridade. -----

Concluindo, frisou que as pessoas podem contar com uma gestão rigorosa da parte da Câmara, que podem contar que a Câmara só faz aquilo que deve ser feito e que pode pagar, comentando, sobre as Contas Consolidadas, que são isso mesmo, ou seja, Contas Consolidadas, e que, portanto, não iria repetir a discussão tida aquando da apresentação do Relatório e Contas de 2013 a esta Assembleia Municipal.-----

*Entretanto, no decorrer da discussão deste assunto, reentraram os membros António Topa, José Carlos Silva e Alberto Tavares, tendo-se verificado a saída dos membros Sérgio Cirino, Carla Pereira, Valdemar Silva e Sebastião Castro. -----*

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP), 13 votos contra (PS: 12, BE) e 4 abstenções (CDU, PS: 3 – Fernando Sousa, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira), aprovar a Prestação de Contas Consolidadas de 2013 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

**5 – Proposta de constituição de júri para o recrutamento de cargo de dirigente do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial-----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe – a que se refere a deliberação camarária de 16 de junho de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita – questionando se algum membro queria fazer algum pedido de esclarecimento no âmbito desta matéria. -----



5.

Usou da palavra a deputada municipal *Fátima Oliveira* (PS), que disse que o grupo municipal do PS é do entendimento que a Câmara Municipal deveria, para a constituição do júri em questão e face à importância do cargo em causa, ter tido uma escolha mais exigente, mais independente e com membros de júri externos, possuidores de currículo académico e profissional inquestionável, possibilitando um recrutamento mais imparcial e autónomo e evitando eventuais incompatibilidades que possam surgir. -----

Referiu que, pelo exposto, o grupo municipal do PS entende que este processo poderia ser tratado com maior clareza. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* usou da palavra, começando por dizer que não podia aceitar, de maneira nenhuma, o tipo de acusação que foi feita. -----

Disse que em causa atavam três pessoas, nomeadamente a Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Câmara e Desenvolvimento Organizacional do Município de Santa Maria da Feira, a Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Administrativa do Município de S. João da Madeira, e o Secretário-Geral da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, dizendo, a respeito deste último, que foi Diretor do GAT de Entre Douro e Vouga, que foi Diretor de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local da CCDR-N e que faz parte do Conselho de Administração da Empresa Intermunicipal Parque Empresarial de Recuperação de Materiais, EIM. -----

Concluindo, disse estar a pôr-se em causa o curriculum dessas pessoas e que não aceitava, de maneira nenhuma, as críticas que foram feitas pela deputada municipal *Fátima Oliveira*. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 31 votos a favor e 11 votos contra, designar, sob proposta da Câmara, os seguintes membros para a constituição do júri em epígrafe: -----

Presidente: Sr. Eng.º Santos Costa, Secretário-Geral da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria; -----

Vogais: Sra. Dra. Sofia Rocha, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Administrativa do Município de S. João da Madeira, e Sra. Dra. Nazaré Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional do Município de Santa Maria da Feira. -----



⊕  
[Handwritten signature]

Foram escrutinados, ainda, 6 votos em branco.-----

*Reentraram os membros Carla Pereira e Valdemar Silva.*-----

*Sairam os membros Eduardo Rocha e José Carlos Silva.*-----

**6 – Acordo de Execução e Contrato de Delegação de Competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Arrifana – Aprovação de minutas de alteração**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de junho de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Márcio Correia* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O Partido Socialista está inteiramente de acordo com a celebração de acordos de execução e contratos de delegações de competências com as Juntas de Freguesia porque entendemos que são excelentes parceiros para executar um trabalho de proximidade e melhor contrapor às carências das freguesias.-----

A Câmara Municipal continua de forma imprecisa e incorreta a estabelecer com juntas de freguesias acordo de delegação de competência. Este acordo é completamente desequilibrado para uma das partes – como se prova no clausulado – pois apenas cabe obrigações para a Junta de Freguesia. A Câmara Municipal limita-se a transferir as verbas para a Junta de Freguesia, sem qualquer outra obrigação de sua parte, o que desde logo evidencia que não existiu qualquer negociação do acordo. No entanto, da análise dos contratos permite-nos afirmar que se trata de um acordo/contrato que responsabiliza a junta de freguesia e iliba a câmara municipal, estabelecendo uma relação demasiado desigual entre as partes.-----

Um bom contrato deve satisfazer as partes envolvidas nele. Não foi esse o caso aqui em apreço.-----

Em face de tudo o alegado no precedente, em abono da transparência e equilíbrio na relação



⑤  
6  
M

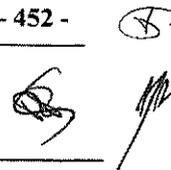
negocial entre a Câmara Municipal e Junta de Freguesia, razão pela qual o Grupo Municipal do PS se vai abster na votação deste ponto.”-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE), que começou por dizer que o Bloco de Esquerda, aquando da discussão do contrato de delegação de competências para as juntas de freguesia, numa anterior sessão desta Assembleia Municipal, já manifestou a sua posição no sentido de entender que a delegação de competências nas juntas de freguesia deve ser incentivada e deve ser uma cultura municipal, dado que as juntas de freguesia estão mais próximas da população e, portanto, conhecem melhor os problemas existentes no seu território. Frisou que o Bloco de Esquerda defende, ainda, que tais delegações de competências devem sempre ser acompanhadas pelas verbas necessárias para a implementação das mesmas, bem como de algum apoio técnico, ou outro, que seja preciso. -----

Referiu que, portanto, o Bloco de Esquerda vota favoravelmente o assunto mas que é do entendimento que, no futuro, as competências delegadas devem ser alargadas, comentando que, ao olhar para o contrato em discussão, a celebrar com a Junta de Freguesia de Arrifana, vê uma delegação de competências ainda relativamente diminuta, englobando a manutenção da rede viária e pouco mais. Salientou que, nesse contrato, vê ainda uma delegação de competências que considera como uma não competência, que é zelar pela correta ocupação do espaço público com esplanadas, ressaltando que essa não é propriamente uma competência de muito vulto para uma Junta de Freguesia. -----

Concluiu a sua intervenção sublinhando a necessidade de, no futuro, reforçar e dar mais competências e poderes às Juntas de Freguesia. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 29, CDS-PP, BE, CDU, PS: 5 – Lia Ferreira, Fernando Sousa, Valdemar Silva, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira) e 11 abstenções (PS), aprovar a minuta de alteração ao acordo de execução e a minuta de alteração ao contrato de delegação de competências, aprovadas por deliberações da Assembleia Municipal de 14 de fevereiro de 2014, a celebrar com a Junta de Freguesia de Arrifana, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 16 de junho de 2014. -----



Saíram os membros *Valdemar Silva, Ana Pires de Oliveira e Maria Manuela Teixeira.*-----

**7 – Aditamento ao Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e Junta de Freguesia de Canedo**-----

**- Autorização prévia para assunção de compromisso para 2015**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de junho de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Manuel Santos* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Este protocolo demonstra uma carência de planeamento desportivo existente no nosso concelho: quer ao nível de infraestruturas e meios, quer de modalidades e seus praticantes. ---- Isto porque, ao longos dos anos a CMSMF nunca fez uma devida estruturação, a nível de freguesias, de quais necessidades que as mesmas possuem referente à pratica desportiva.----- Ou seja: o GM/PS defende para o concelho de SMF uma carta desportiva atualizada, para que a CMSMF saiba: como investir, o que investir, o que remodelar e o que promover a nível de equipamentos e prática desportiva.-----

A Carta Desportiva do concelho é um documento bastante importante que apoiará este tipo de decisões, facilitando a definição de regras e a compreensão das necessidades, além de outros procedimentos.-----

Nunca é demais insistir que a ausência deste documento, em conjunto com o desconhecimento dos critérios utilizados pelo executivo na atribuição de subsídios, alimenta a dúvida sobre a correta gestão municipal nestes processos. Relembramos que os critérios não são conhecidos, não foram debatidos, o que é politicamente reprovável.-----

Assim evitava-se o que tem acontecido até ao presente, isto é, uma CM que investe: sem regras, de forma intercalar e sem qualquer sustento na realidade desportiva concelhia.-----



Focando a intervenção na essência deste aditamento – o apoio financeiro à implementação de relvados sintéticos – o GM/PS, como referido, reivindica: a falta de critérios públicos e de informação específica sobre as coletividades desportivas no concelho que praticam futebol. ---  
Questionamos: Será justo compartilhar 50% de um piso sintético a um clube que tem 100 (cem) praticantes e com apoios financeiros para pagar os outros 50%; quando podemos ter um clube que possui 1000 (mil) praticantes e que não consegue angariar os apoios financeiros para cobrir os 50% que faltam para ter direito a um piso sintético – este cenário comprova a injustiça que a CMSMF poderá estar a cometer e o PS não aceita isto, por isso defende a Carta Desportiva com um Regulamento associado. -----

Com uma carta desportiva moderna, todas as freguesias e clubes serão tratados de igual forma, isto porque a decisão política está devidamente fundamentada.-----

É fundamental esclarecer que não reprovamos este aditamento mas, assumimos sim, a reprovação das formas de ação assumidas na gestão pública desportiva por este executivo da CM.” -----

-----  
Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer nada ter contra o ponto em discussão mas que, contudo, entendia relevante a assunção de algumas questões. -----

Salientou perceber-se, desde logo, que se trata de uma opção dos canedenses e da sua Junta de Freguesia, realçando que essa junta teve uma visão interessante uma vez que, com um pouco mais de recursos, viu ser possível fazer quatro campos de relvado sintéticos, salvaguardando as restantes freguesias daquela União de Freguesias.-----

Sublinhou, contudo, entender não estar em causa a questão da equidade, mas sim que fosse feita, em torno deste assunto, alguma pedagogia. Referiu, nessa medida, que vão ser construídos quatro campos sintéticos, dois deles em Canedo, questionando se Canedo precisa mesmo de dois campos de relvado sintéticos. Focou que a Câmara Municipal deveria ter uma preponderância significativa na orientação estratégica daquilo que são as decisões políticas das juntas de freguesia, sublinhando que os contratos de delegação de competências são um exemplo dessa orientação uma vez que as juntas de freguesia têm de cumprir determinadas orientações para, efetivamente, terem o apoio da Câmara, realçando ser esse o pressuposto que estava a defender. -----

Questionou até que ponto ter dois campos sintéticos trará um know-how significativo a



Canedo e à sua população, perguntando se não seria relevante dotar e criar condições com um campo sintético e, por outro lado, criar outras soluções que os canedenses, certamente, carecem. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Valter Amorim frisou que fazia sentido que a Câmara usasse de alguma pedagogia naquilo que são as orientações e as estratégias definidas pelas próprias juntas de freguesia, realçando ser do entendimento que, com a construção de dois campos sintéticos em Canedo estar-se-á, em termos estratégicos, a desvirtuar outras necessidades que podiam ser colmatadas com a verba em questão. -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por salientar que, quando na discussão das Contas Consolidadas falou do dinheiro mal gasto, por opções políticas, que levaram a um acumular de dívida e que não trouxeram retorno para as pessoas, estava a falar exatamente de exemplos como este, de ter quatro campos de relvado sintético que custam 600 mil euros quando existem, certamente, necessidades maiores onde aplicar essa verba. -----

Referiu que o Concelho precisa, eventualmente, de muito mais do que 600 mil euros para aplicar, por exemplo, na área social, dizendo crer que a relva sintética não fará tanta falta quanto isso aos canedenses, ainda mais quando vêm na sequência da suposta compensação da Suldouro por implantar um aterro sanitário em Canedo. Nessa medida, questionou se quatro campos de relva sintética compensam um aterro sanitário, respondendo que, certamente, não compensam. -----

Disse que o Sr. Presidente da Câmara referiu que todas as propostas que ouviu serem apresentadas no Período de Antes da Ordem do Dia aumentavam a despesa e que os proponentes não entendiam que não havia dinheiro para as concretizar, ressaltando, sobre isso, que em causa estava uma verba de 600 mil euros e que o Sr. Presidente da Câmara quer gastá-la em quatro campos de relva sintética. -----

Sobre dizer-se que a intenção inicial era a construção de dois campos mas que, depois, chegou-se à conclusão que era possível fazer quatro campos quase ao mesmo preço, comentou que, sendo esse o critério, então o melhor é adjudicar logo uma ou duas dúzias de campos de futebol com piso sintético porque, desse modo, ficará mais barato. -----

Disse que, até por respeito à população de Canedo, crê que os campos de futebol em questão não farão falta às pessoas de Canedo, frisando que aquela população, bem como a do resto do

---



5  
6  
11

Concelho, precisa de muito investimento mas que, certamente, a última necessidade que tem é ter relva sintética espalhada pela freguesia. -----  
-----

Interveio o membro *António Topa* (PSD) que começou por dar nota de que sempre viveu, e que provavelmente irá morrer, numa freguesia do interior do Concelho, nomeadamente Vila Maior. -----

Elogiou, na discussão do assunto em reunião da Câmara, a postura do Sr. Presidente da Câmara e dos vereadores do PSD, bem como do candidato à Câmara pelo PS, o vereador Eduardo Cavaco, frisando, todavia, não ter gostado das declarações feitas pelos vereadores António Bastos e Susana Correia, ao utilizarem expressões como “luxo” e “dinheiro mal gasto” e ao questionarem o porquê de não se construir tais campos noutras freguesias e para outros clubes mais necessitados. -----

Nesse âmbito, disse estar em discussão a instalação de quatro campos sintéticos, um para os seniores do Canedo Futebol Clube e outro para as camadas de formação desse mesmo clube, um para o Vilamaiorense e um outro para o Pessegueirense, que vão servir 20 escalões de formação, num total de cerca de 400 atletas. -----

Nesse instante, o membro *Moisés Ferreira*, a partir do seu lugar, comentou que no que respeita às repartições de finanças o PSD diz que duas são suficientes no Concelho, mas que em relação aos campos de futebol já diz serem precisos quatro, tendo o membro *António Topa* retorquido dizendo já ter sido, também, estudante na faculdade, que também já teve 20 anos e que, portanto, sabe bem o que é ser revolucionário. -----

O membro António Topa prosseguiu recordando que foi efetuado um protocolo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Canedo que previa, como contrapartida para a instalação de um aterro sanitário naquela freguesia, que ninguém queria, uma verba de 500 mil euros para a construção de dois campos de futebol com piso sintético. Salientou que, entretanto, a atual junta de freguesia da União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, em resultado de um protocolo de solidariedade da freguesia de Canedo para com as restantes que vieram a ser agregadas nessa União de Freguesias, entendeu pela construção de quatro campos sintéticos, em benefício de cerca de 400 atletas. -----

Frisou que só quem nunca andou pelas vidas dos clubes é que não sabe que o trabalho nas áreas de formação é um trabalho 100% social, realçando haver imensos miúdos que tomam



banho nos balneários dos clubes porque, muitas vezes, não têm água quente em casa. -----  
Concluindo, disse ouvir muita gente falar em nome do povo, mas que esses falam sempre de barriga cheia, comentando que quando alguém trabalha para o povo e fala em nome deste, não deve fazê-lo de barriga cheia. -----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) pediu a palavra para defesa da honra – o que lhe foi concedido – passando a dizer o que, seguidamente, se passa a citar:-----

“Ainda há pouco o Sr. Presidente da Câmara referiu que se devia enaltecer, devia-se subir o tom da discussão e a qualidade da discussão. -----

Antes disso enaltecemos as jovens crianças, que já foram embora, pela sua participação pela sociedade. -----

Depois chega um deputado, o Sr. deputado do PSD que tem muita experiência, e dou-lhe os parabéns pela sua experiência e pelo seu ativismo na política, e põe em questão a intervenção de um deputado pela sua idade. -----

O deputado que aqui está foi eleito e tem o mesmo direito que qualquer outro deputado que aqui está, independentemente da idade.-----

E se queremos subir a qualidade do debate político, aqui na Assembleia Municipal, as opiniões pessoais em relação a vereadores ou deputados deverão ser feitas fora da Assembleia Municipal e para isso têm, por exemplo, os debates semanais na comunicação social. -----

Eu sinto-me ofendido quando um deputado chega aqui e diz que quando tinha vinte anos também foi revolucionário, que agora já se deixou dessas coisas.-----

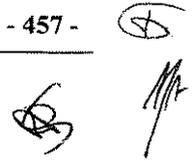
Meus senhores, se esse deputado se desviou do seu caminho, lamentamos. -----

Eu espero nunca me desviar e por isso é que eu me sinto ofendido.” – Fim de citação. -----

O membro António Topa, questionado pelo Sr. Presidente da Assembleia se queria usar da palavra para responder, prescindiu de o fazer. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para, em face das intervenções efetuadas, prestar alguns esclarecimentos sobre a matéria em discussão. -----

Disse considerar a prática desportiva como sendo fundamental e que é do entendimento que o Estado deve, sempre que possível, proporcionar as melhores condições para a prática



desportiva.-----

Referiu que o Município, como é evidente, não tem possibilidades de fazer todas as infraestruturas que gostaria de uma só vez, fazendo sobressair que a proposta da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior vai permitir, com um pequeno acréscimo de investimento, suprir as necessidades e ter excelentes condições à prática desportiva.-----

Frisou não ser um luxo, em qualquer idade, praticar desporto, antes pelo contrário, que é uma questão de saúde, tanto física como mental. -----

Salientou que a crítica de que a última coisa que faz falta às populações é um relvado sintético, é uma crítica “à lisboeta”, usual das pessoas de Lisboa em relação à província, fazendo sobressair que o membro Moisés Ferreira, em representação do Bloco de Esquerda, está a tratar as pessoas de Canedo como sendo da província. -----

Disse orgulhar-se muito da população de Canedo e por Canedo fazer parte do concelho de Santa Maria da Feira, salientando que as gentes de Canedo transformaram aquela terra numa terra desenvolvida e que hoje é, claramente, uma centralidade regional. -----

Concluindo, disse que a opção da construção de quatro campos de futebol com piso sintético foi uma opção dos canedenses, e que respeita essa opção.-----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 29, CDS-PP, PS: 2 – Fernando Sousa, Rosa Silva), 12 abstenções (PS: 11, CDU) e 1 voto contra (BE), aprovar a minuta do aditamento em epígrafe, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 16 de junho de 2014. -----

Mais deliberou autorizar a assunção de compromisso plurianual para 2015, inerente ao protocolo a celebrar, no valor de 550.000,00 €. -----

-----  
Usou da palavra o membro **Moisés Ferreira** (BE) para fazer a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda votou contra gastar-se 600 mil euros em quatro campos de relva sintética, e está muito confortável nessa posição e reitera essa posição, e há de defender essa posição porque não está em causa a prática desportiva. Se a Câmara estivesse muito preocupada com a prática desportiva permitia que houvesse a possibilidade de fazer desporto



gratuito não competitivo. Fazia arranjos em ringues e espaços que existem no Concelho, que não faz. -----

E, também, não se trata de uma discriminação sobre Canedo porque o Bloco de Esquerda é contra a intenção da Câmara de financiar a 50% relvados sintéticos em todas as freguesias. Porquê? Porque é um desperdício de dinheiro, é um desperdício de dinheiro quando existem situações e áreas onde é mais urgente aplicar esse dinheiro. -----

E foi aqui muito bem exemplificado, pelo membro António Topa, que há situações bem mais graves onde aplicar 600 mil euros. Miúdos que não têm água quente em casa e a solução é um relvado sintético para eles tomarem banho no balneário? Famílias que não têm o que comer em casa e a solução é organizar jogos para eles terem um lanchinho? Ou é ter medidas sociais para atear o problema de uma vez?" -----

-----  
Usou da palavra o membro *Fernando Moreira* (PSD) para fazer a seguinte declaração de voto:-----

“Eu votei a favor este assunto por uma razão muito simples, muito clara e muito transparente. Eu concordo com o Sr. Presidente de Junta estar ali muito caladinho. Porque o que estamos aqui a dizer é o seguinte; há um protocolo, Canedo, para o bem ou para o mal, eu não quero aqui discutir isso, ficou com um aterro. Para o bem e para o mal foi feito um protocolo em que diz que Canedo tem, entre outras coisas, 500 mil euros para campos de futebol. Quem tem de decidir isto é a Assembleia de Freguesia de Canedo. Nós temos de respeitar aquilo que foi aprovado. Na minha opinião, se eles têm 500 mil euros de protocolo, que é de Canedo, que eles podem fazer o que quiserem embora esteja consignado no protocolo que é para dois campos relvados. Se eles entendem que com os 500 mil, em vez de dois fazem quatro, eu pessoalmente tenho de estar de acordo com isto.-----

Mas quem tem de saber se isto é importante, ou não, é a Assembleia de Freguesia de Canedo. Desculpem lá, mas esta discussão está um bocado desviada. Está-se a ter uma discussão como se fosse a Câmara a decidir fazer quatro campos relvados em Canedo. Não é isso que está em questão. Há um protocolo que foi aprovado, onde diz que Canedo tem 500 mil euros para dois campos de futebol. Ponto final. E é por essa razão que eu votei a favor.”-----

-----  
*Reentraram os membros Eduardo Rocha, Ana Pires de Oliveira e Maria Manuela Teixeira.*---



Saíram os membros Carla Pereira e Márcio Correia. -----

**8 – Relatório a que se refere o Estatuto do Direito da Oposição (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)**-----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pela deputada municipal Margarida Gariso, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 6596, em 22 de maio de 2014, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Fez ainda alusão ao documento que a deputada municipal Margarida Gariso fez chegar à Mesa no âmbito do assunto, bem como ao Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2013 que foi remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara (ofício n.º 04950 de 16/04/2014), documentos que foram distribuídos, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em seguida, passou a palavra à deputada municipal Margarida Gariso para fazer a apresentação do documento por ela apresentado. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que apresentou e leu o documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“ESTATUTO DO DIREITO DA OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ANO DE 2013 (APROVADO PELA LEI N 24/98, DE 26 DE MAIO)-----

Direito à informação-----

Estabelece o Estatuto do Direito da Oposição (EDO) que as respostas aos pedidos de informação dos titulares do direito de oposição devem ser prestadas em “prazo razoável”. Sendo este um conceito vago e indeterminado o mesmo não poderá ser interpretado ao livre arbítrio de quem decide, pois poderá estar a colocar em causa o poder/dever de fiscalização dos titulares do direito de oposição. Ao nível do executivo camarário o prazo que o Presidente da Câmara Municipal (CM) tem para responder aos pedidos de informação dos vereadores é de 15 dias. Atualmente e por força da Lei 75/2013, os Presidentes de Junta de Freguesia têm 30 dias para responderem aos membros das respetivas Assembleias de Freguesia. Igual prazo



também passou a ter, por força do Regimento, o Presidente da Câmara Municipal para responder aos pedidos de informação formulados membros da Assembleia Municipal (AM). --  
Acontece que, contrariamente ao que é afirmado no relatório de 2013 e a avaliar pela evolução dos prazos de resposta aos pedidos formulados pelos membros desta AM, em 2014 – nalguns casos com demora de meses –, os mesmos não estão a ser respeitados pela CM, pelo que se torna importante relevar e chamar à atenção para esta prática para que, por um lado, a mesma seja corretamente retratada no relatório e por outro seja corrigida no futuro. Acresce ainda a necessidade de melhorar a qualidade de algumas respostas onde ou não são completas ou não respondem ao pedido. -----

### 3.2. Direito de consulta prévia – n.º 3 do art.º 5.º -----

É determinado no EDO que os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não assumem pelouros nos órgãos executivos, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade pelo exercício de funções executivas “têm direito a ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade”. -----

Sucedo que é dito no relatório de avaliação de 2013 que foi assegurado esse direito. No entanto, tal não corresponde à realidade já que as propostas não foram remetidas para o órgão político do PS/Feira, ou seja para a Comissão Política Concelhia, nem na forma nem no prazo razoável que a lei determina para poder ser dada execução ao previsto no EDO. -----

### 3.3. Direito de participação – art.º 6.º -----

Estabelece o EDO que os titulares do direito de oposição têm direito de se pronunciar e intervir sobre quaisquer questões de interesse público relevante bem como têm o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que pela sua natureza o justifiquem. Contudo, e mais uma vez, contrariamente ao atestado no relatório de avaliação, não foi assegurado o direito de presença e participação em atos e atividades oficiais relevantes para o Município de Santa Maria da Feira, já que, e falando pelos do GM/PS, os seus membros, não foram convidados à participação nos referidos atos oficiais como a lei impõe – e indico, a título de exemplo, apenas um dos últimos e mais recentes atos oficiais, que foi a inauguração das instalações da PSP em Santa Maria da Feira, de que tivemos conhecimento pelos jornais da sua ocorrência. -----

Consequentemente, a conclusão do relatório não pode ser a de que, e cito: “foram garantidas as condições apropriadas ao cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição durante o ano



de 2013, contribuindo assim para o reforço do sistema democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa e naquele Estatuto”. Algo que, justamente para permitir o reforço do sistema democrático, não podemos deixar de reclamar o seu cumprimento do previsto no Estatuto do Direito da Oposição por parte da Câmara Municipal.” -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Uma vez mais, temos de lamentar a postura do executivo. Pois tem mantido uma postura de desrespeito para com os direitos da oposição. -----

Esta atitude desrespeitosa, não o é só para os eleitos, é também e principalmente para os cidadãos que estes representam, mas é também para os cidadãos que votaram no PSD e que têm de recorrer, muitas vezes, à oposição para verem solucionados os seus problemas.-----

Para quem há 9 meses diziam que queria ser o Presidente de todos os feirenses, está muito longe de sê-lo. -----

A CDU tem neste momento 2 requerimentos sem resposta, em que um deles foi enviado há mais de 1 mês.”-----

O membro Filipe Moreira interrompeu a leitura do documento para dizer que a CDU não tem mais requerimentos por responder porque as respostas aos mesmos foram enviadas exatamente uma hora antes do início da presente sessão. Em seguida, prosseguiu com a leitura do documento:-----

“Para além, deste tardar em obter respostas a questões legítimas e na sua maioria levantadas por cidadãos do concelho, o executivo sempre que responde, responde de forma vaga e pouco objetiva. Resposta, que demonstram a ausência de um planeamento estruturado e rigoroso para a solução dos problemas do concelho. -----

Este “novo ciclo” com velhos vícios, mantém uma postura antidemocrática e arrogante que no nosso entender não respeita o artigo 4.º do Estatuto do Direito de Oposição. -----

Para terminar, Senhor Presidente, o relatório que aqui hoje discutimos está bem redigido e perceptível. Porém, pouco fidedigno e pouco realista.”-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2013 não trouxe grandes novidades,



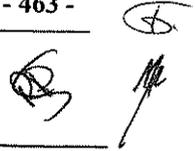
salientando que esses relatórios têm sido uma cópia de ano para ano, dizendo que, inclusivamente, se lembrava que, num determinado ano em que o BE não foi sequer chamado para dar contributos para a elaboração do Orçamento, o relatório de avaliação desse ano dizia exatamente que os partidos foram ouvidos a esse respeito e chamados a dar o seu contributo. -- Referiu, portanto, que é do entendimento que existem coisas que devem ser melhoradas, sublinhando que uma oposição valorizada e forte também faz bastante trabalho para o bem da população, e que valoriza até o próprio Executivo da Câmara. -----

Referiu, a título de exemplo, que nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara falou da situação do Hospital de Santa Maria da Feira, recordando, a esse respeito, que se não tivesse havido ruído em torno da Portaria que saiu sobre essa situação, então, provavelmente, o governo não teria feito nada. Disse que se o BE não tivesse apresentado um projeto na Assembleia da República, depois não teria vindo o PSD e o CDS-PP dizer que não era para mexer nos hospitais do distrito de Aveiro. -----

Reafirmou que uma oposição forte valoriza e que, portanto, seria interessante ver outras práticas por parte do Executivo camarário. Disse que a Câmara podia, a respeito da elaboração do Orçamento, fazer o que é feito noutros municípios, em que a Câmara faz uma reunião prévia com todos os partidos, partido a partido, nas quais expõe quais os objetivos do orçamento e quais as propostas principais, para que dessa forma haja uma base de discussão para que a oposição possa participar e contribuir para o próprio orçamento. -----

Em relação à questão dos requerimentos, referiu que muitas das respostas aos requerimentos apresentados pelo BE são recebidas fora do prazo, comentando que alguns dos quais podem ter perguntas mais melindrosas e, talvez por isso, demorem mais um pouco a serem respondidos. Concluiu dizendo que, nessa matéria, do prazo em que são dadas as respostas aos requerimentos, o Estatuto do Direito da Oposição também não está a ser valorizado e respeitado. -----

-----  
O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que a Mesa teve a preocupação de fazer um ponto da situação acerca dos requerimentos feitos por todos os partidos à Câmara Municipal, veiculados através da Mesa da Assembleia, dando nota que, neste momento, falta dar resposta a dois requerimentos da CDU, mas que ainda está a decorrer o prazo regimental para que seja feito. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----



Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, que começou por realçar que o relatório de avaliação em questão é referente ao ano de 2013, reconhecendo que, de facto, pode ter havido uma ou outra situação em que se tivesse verificado algum atraso. Referiu, contudo, haver uma razão para que tal se tenha verificado, dizendo estar absolutamente surpreendido com a chuva de requerimentos que são apresentados à Câmara, dando nota que se alguns são de rápida resposta, já outros exigem trabalho apurado e de pesquisa, na tentativa de evitar alguma falha nas respostas. -----

Salientou que a Câmara vai tentar responder em tempo útil aos requerimentos mas que também pedia aos partidos que fossem comedidos e tivessem alguma sensatez nos requerimentos que apresentam, reafirmando que alguns desses exigem mesmo a dedicação exclusiva de funcionários para dar resposta, dizendo achar que, a continuar a inundação de requerimentos, se calhar a Câmara terá de criar um gabinete somente para dar resposta aos mesmos. -----

Referiu também ficar surpreendido ao verificar que os requerimentos surgem na comunicação social e só passados dois dias cheguem à Câmara Municipal, dizendo, acerca disso, entender que não se deve governar para a comunicação social e que pensa que há uma competição para ver quem faz mais requerimentos, comentando haver partidos que entendem que quanto mais requerimentos apresentarem mais são reconhecidos pelo povo. -----

Em relação às questões sobre o orçamento, disse que a Câmara mandou um ofício aos partidos políticos para apresentarem as suas propostas, informando que, também na reunião da Câmara Municipal, foram pedidas sugestões aos vereadores do Partido Socialista e que essas foram discutidas. Questionou se tal procedimento será de mudar. -----

Concluindo, referiu que se existe alguma situação a apontar é, de facto, a resposta à inundação de pedidos de esclarecimento que falou, alguns dos quais exigindo respostas bastante trabalhosas. -----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) pediu a palavra, o que lhe foi concedido. -----

Sobre os requerimentos que estão por responder, disse que relativamente aos apresentados pelo grupo municipal do PS são dois, um relativo aos subsídios atribuídos aos clubes de futebol, para as camadas jovens, e outro relativo às fases de execução dos protocolos com a Suldouro, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* respondeu dizendo que esses dois



requerimentos já foram respondidos.-----

A deputada municipal *Margarida Gariso* prosseguiu dizendo que teria de confirmar essa informação, comentando que se já foram respondidos então que, apesar da demora, ficava satisfeita por isso. -----

Salientou, em seguida, que não podia deixar de reagir àquilo que o Sr. Presidente da Câmara afirmou em relação a uma chuva de requerimentos, desafiando-o a dizer quantos requerimentos são para que as pessoas pudessem perceber o que era essa chuva, bem como perceber se a oposição que está a fazer, ou não, o seu trabalho de fiscalização. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara, ao afirmar o que afirmou sobre a oposição, mostrou a forma como respeita os titulares do direito da oposição. -----

Quanto à afirmação de que a Câmara tem de ter pessoas dedicadas para fazer o trabalho de responder aos requerimentos, sublinhou que, efetivamente, a Câmara tem de ter mesmo essas pessoas, dizendo ficar satisfeita porque isso é sinal que a oposição está a cumprir as funções para a qual foi eleita, comentando que, da parte do grupo municipal do PS, não vai deixar de desempenhar essas funções somente porque não é do gosto do Sr. Presidente da Câmara.-----

Sobre a questão da mudança de procedimentos, frisou não ser uma questão de mudança de procedimentos, sublinhando haver uma norma que estabelece como tem que ser feito. Referiu, a esse respeito, que aquilo que o Estatuto do Direito da Oposição diz é que as propostas dos orçamentos e planos de atividades devem ser enviados para os partidos políticos, ou seja, para as comissões concelhias dos partidos, mas que isso não está a ser feito pela Câmara, ressaltando que nunca foi feito enviando as propostas.-----

Disse que os partidos políticos apresentam propostas sem saberem o que é que a Câmara Municipal propõe, fazendo sobressair que a Câmara tem a responsabilidade de dizer o que propõe até para que, depois, a mesma não venha dizer que as propostas apresentadas pelos partidos da oposição extravasam largamente as capacidades financeiras da Câmara. -----

Concluindo, disse que era bom que o Sr. Presidente da Câmara, num novo ciclo, mudasse essa postura, e que foi essa a sua ideia ao pedir o agendamento deste ponto. -----

-----  
Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente Câmara* para, relativamente à última intervenção da deputada municipal Margarida Gariso, dizer que se respondesse que tinham sido apresentados 1000 requerimentos, podia ser considerado uma chuva, e que se dissesse



que tinham sido 10, também podia ser considerada chuva, dependendo se as pingas são grossas ou finas. -----

Realçou ter sido membro da Assembleia Municipal durante oito anos e que, nesse período, foi muitas vezes designado pelo seu partido para estudar determinado assunto e que, para tal, nunca pediu informações à Câmara, pois fazia pesquisa em busca dessa informação. Disse, nessa medida, notar que os requerimentos apresentados são “preguicite” porque as pessoas não querem estudar e retirar os dados que estão nos documentos, sendo-lhes mais fácil pedir ao Vereador ou ao Presidente da Câmara que lhes forneça os dados já devidamente trabalhados. Concluindo frisou que, às vezes, também ficava bem às pessoas pegarem nos documentos e analisá-los. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a presente matéria não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia discutido o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2013. -----

*Reentrou o membro Márcio Correia.* -----

**9 – Documentos de Prestação de Contas da Área Metropolitana do Porto referentes ao ano 2013 (para conhecimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – a que se refere a comunicação remetida à Mesa pelo Sr. Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 6202, em 15 de maio de 2014, enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – ressaltando tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento da mesma. -----

Seguidamente, e tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do assunto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento dos Documentos de Prestação de Contas da Área Metropolitana do Porto referentes ao ano 2013. -----



**10 – Plano para reparação da Rede Viária do Concelho (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)-----**

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pela deputada municipal Margarida Gariso, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 7687, em 17 de junho de 2014, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Fez ainda alusão à recomendação que aquela deputada municipal fez chegar à Mesa no âmbito do assunto e que igualmente foi distribuído, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em seguida, passou a palavra à deputada municipal Margarida Gariso para fazer a apresentação dessa recomendação. -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que apresentou e leu a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“ELABORAÇÃO DE PLANO PARA REPARAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO -  
A rede viária do concelho de Santa Maria da Feira encontra-se em péssimo estado de conservação/beneficiação, com sérios prejuízos para a segurança das pessoas que nelas circulam, do seu património, bem como do erário público, decorrente, nomeadamente, de indemnizações resultantes dos referidos prejuízos para os cidadãos. -----

Esta calamitosa situação afeta muito gravemente as condições de mobilidade de todos os utentes das nossas ruas e estradas, com particular perigo para os peões. Estas intervenções terão de ter em conta os normativos legais relativos a mobilidade de pessoas e bens. Para assegurar isso o Grupo Parlamentar do PS entende que se torna necessário um levantamento exaustivo e detalhado das deficiências detetadas na rede viária do concelho a integrar num Plano de Reabilitação Rodoviária realista, racional e exequível, incluindo prioridades, calendários, prazos, orçamentos, montante dos investimentos necessários, monitorização, fiscalização, titularidade de responsabilidades de projetos e execuções em cada fase das obras e demais elementos passíveis de serem conhecidos, apreciados e analisados por esta Assembleia, integrados de forma coerente e sistematizada em relatórios bianuais. Uma

---



estimativa oficiosa indica-nos a existência de cerca de 500 Km de ruas e de estradas sem condições técnicas de segurança para o trânsito de veículos automóveis potenciando assim as condições de possibilidade que podem redundar em acidentes que afetam tanto as pessoas que seguem nas viaturas envolvidas como os peões, bem assim como os bens patrimoniais públicos e privados. O Grupo Parlamentar do PS entende que, sem um levantamento rigoroso submetido a um plano inteligente de intervenção, nada de substantivamente eficaz resultará desse esforço. Sugerimos que, dada a dilatação no tempo de muitas das obras a efetuar e os valores que as mesmas podem envolver, esse plano deverá ser plurianual. Sem plano nunca saberemos qual será a fundamentação para o quê, para o como, para o onde, para o quando nem o porquê das opções tomadas. Tendo o atrás exposto como fundamentação,-----  
Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 27 de junho de 2014, recomenda à Câmara Municipal: -----

1. Que elabore um levantamento rigoroso da extensão e da gravidade das deficiências da rede viária do nosso concelho; -----
2. Que, em função do antecedente seja elaborado um Plano Plurianual de Intervenção exequível e realista, tendo como primeira e fundamental preocupação a segurança das pessoas; -----
3. Que, nesse Plano constem todos os elementos de informação relevantes que permitam a análise e acompanhamento desta Assembleia, incluindo a designação e descrição dos locais e das obras de intervenção prioritárias, os volumes de tráfego que aconselham essas obras corretivas, a titularidade da coordenação e responsabilidade de cada obra, a calendarização e a priorização das intervenções e, enfim, todos os demais elementos que permitam o acompanhamento dos trabalhos em tempo útil e de forma racional; -----
4. Que o Plano de que se fala no antecedente seja levado à AM para apreciação antes de qualquer intervenção física na rede viária do concelho;-----
5. Que seja elaborado um relatório bianual que reflita tudo o que for relevante para a clara compreensão, acompanhamento, discussão e análise do andamento das obras.”-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Infelizmente, temos algumas estradas no nosso concelho num estado “lunar” que caso se



Ⓟ  
Ⓢ

pintasse os buracos com cores distintas ficaríamos com uma obra digna de ser visitada, poderia até ser uma imagem de marca do concelho. Salvarde-se que a visita deveria ser com recurso às novas tecnologias ou com um qualquer meio de transporte aéreo, pois o estado de degradação é tal que a recorrer-se ao automóvel a visita seria, francamente, penosa. -----

É do conhecimento geral que a degradação gera degradação e este caso em concreto não foge à regra. -----

Esta degradação da rede viária, para além de um problema para os automobilistas, é um problema para os peões e para os moradores que residem nestas estradas, pois são atingidos com a projeção de material. É, também, um problema para as redes de escoamento de águas, pois leva ao seu entupimento e degradação. -----

Este material que é erodido e projetado gera, também, um problema ambiental. Estes sedimentos, que são, na sua maioria, de origem petrolífera, vão para as redes de água, contaminando estas. -----

A questão que queremos fazer ao executivo é: -----

Existe algum levantamento da situação da rede viária do concelho e dos custos necessários para a sua reparação? -----

Caso exista, a CDU gostaria de ter acesso a esse documento.” -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que o CDS-PP concorda que é preciso fazer alguma coisa em relação às vias do Concelho que, na sequência da opção estratégica de fazer a rede de saneamento, ficaram destruídas. Referiu compreender que era um mal necessário mas que o concessionário também tem responsabilidades nesta matéria porque devia primar por, ao destruir, reparar a seguir. Sublinhou que, nesse âmbito, a Câmara deveria agilizar processos para perceber se isso estava, ou não, a ser feito pela concessionária. -----

Ressaltou que a verdade é que as estradas estão em mau estado e que, por isso, a próxima ação estratégica a desenvolver pela Câmara Municipal, em termos do futuro do Concelho, será certamente a requalificação das mesmas, frisando ser urgente e fundamental fazê-lo. Realçou que, para além disso, a Câmara deve escarpelizar se existe responsabilidades de terceiros naquilo que é a reparação das vias, fazendo sobressair que não se pode continuar a pactuar de que não seja imputada, a quem destrói, a responsabilidade de arranjar. -----



Disse compreender que a situação não se apresente favorável, em termos de cabimentação orçamental, para o presente ano mas que espera que, nos próximos, a questão da requalificação das estradas mereça a atenção de todos, destacando que a presente discussão deve ser o ponto de partida para que Assembleia e Câmara Municipal possam, em conjunto, encontrar soluções e apresentar uma visão efetivamente estratégica para a melhoria do Concelho.-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que as estradas concelhias estão esburacadas, estão sem passeios, estão sem manutenção, que há anos precisavam ser mudadas a adaptadas, e não são, ressaltando ser a metáfora perfeita para a governação que tem sido feita, ao longo dos anos, em Santa Maria da Feira. -----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara afirmou que o Concelho podia orgulhar-se das infraestruturas que tem, salientando, acerca dessa afirmação, que o Concelho não pode orgulhar-se e que a rede viária é exatamente daquelas infraestruturas de que não se pode orgulhar, salientando que dos 500 quilómetros de rede viária prometidos reabilitar devem-se contar pelos dedos das mãos aqueles que estão, efetivamente, em condições de circulação.-----  
Salientou que a Câmara já assumiu, ainda aquando da discussão do Orçamento para 2014, que uma das suas prioridades para 2014 é exatamente a rede viária, sublinhando, sobre isso, que já passou metade do ano e que é conveniente perceber qual o ponto da situação dessa prioridade. Frisou que durante meio ano nada se viu a esse respeito e que, portanto, essa parece ser uma prioridade de baixa intensidade, fazendo sobressair que é preciso passar das palavras às ações. Referiu que o BE acompanha a recomendação em apreço porque também entende que é preciso um plano que identifique os sítios de intervenção prioritária e, também, para que possa haver alguma organização do ponto de vista de execução das obras. Disse que, a não haver esse tipo de planeamento, teme que as estradas intervencionadas em primeiro lugar sejam as situadas onde há mais população e, portanto, com maior visibilidade ou, então, nas freguesias que façam mais pressão ou que sejam da mesma cor da Câmara Municipal, e não aquelas estradas que, efetivamente, se encontram em pior estado. -----

-----  
Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por dizer que, ao fazer uma apreciação mais aprofundada da recomendação, apetece-lhe dizer que é o órgão deliberativo a querer



imiscuir-se nas questões do órgão executivo mas que, numa leitura mais superficial, vê que para o PS o que interessa são papéis, o que importa é documentação sobre os assuntos e que a resolução dos assuntos logo se verá. Ressaltou que essa visão não é somente do Partido Socialista pois é, também, subscrita por outros partidos. -----

Referiu que a recomendação manifesta haver uma preocupação pelo facto de a Câmara Municipal estar a começar a resolver esse problema que assumiu haver, do mau estado da rede viária do Concelho, recordando que, conforme foi dito na campanha eleitoral, a requalificação da rede viária é algo para ser feito, no mínimo, durante 4 anos, realçando ser impossível que seja feita num prazo inferior. -----

Salientou que o ponto 4 da recomendação refere que nenhuma intervenção física deve ser iniciada até que esse plano seja apreciado pela Assembleia Municipal e que, portanto, tendo em conta que tal plano, com todos os elementos mencionados, demoraria 4 a 5 meses a ser bem feito, então se conclui que aquilo que o Partido Socialista pretende é que as obras da recuperação da rede viária somente se iniciem na primavera de 2015, quando as condições meteorológicas o permitam, sublinhando considerar absolutamente incrível que o Partido Socialista tenha chegado a esse ponto. -----

Realçou que o processo da requalificação das estradas é dinâmico porque uma determinada estrada pode, hoje, não necessitar de ser intervencionada e, daqui a um ano, ter de o ser, sublinhando ser visível que a Câmara já está a fazer esse trabalho de requalificação e que só quem não visita o Concelho é que não vê que as obras estão a ser feitas em várias frentes. Comentou, contudo, que será a partir da próxima primavera, e enquanto as condições climatéricas o permitirem, que vão ser executadas muitas obras, até ao limite financeiro que foi definido pela Câmara para esse efeito. -----

Concluindo, disse que o grupo municipal do PSD vota contra a recomendação uma vez considerar que a mesma traduz uma interferência e tenta sobrepor a burocratização de uma questão que está a ser resolvida à eficácia com que a Câmara está a resolvê-la. -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que começou por dizer que gostava de saber em que concelho vive o membro José Leão, comentando que certamente não será no de Santa Maria da Feira, realçando que vive uma realidade diferente da vivida pelo membro José Leão porque enquanto aquele vê obras em curso no Concelho, ela somente vê



buracos. -----

Referiu que surpreendente seria o PSD votar favoravelmente a recomendação que ela, em representação do grupo municipal do PS, apresentou, comentando que o PSD nunca aprova qualquer iniciativa proveniente da oposição e que, portanto, teria sempre de arranjar um argumento para votá-la contra. -----

Disse, nesse âmbito, não haver absolutamente qualquer interferência no trabalho da Câmara quando um membro desta Assembleia, que tem a obrigação de fiscalizar a ação da Câmara, faz recomendações. -----

Salientou que qualquer norma de boa gestão manda ter primeiramente um bom planeamento para que a execução seja correta, mas que a boa gestão nunca foi o ponto forte desta Câmara, fazendo sobressair que a Câmara é muito fraca em planeamento e que isso causa uma fraca execução, com obras mal feitas, sucessivos trabalhos a mais e dilações de prazo, originando custos para os contribuintes, realçando ser essa a realidade do concelho de Santa Maria da Feira. -----

Sobre o mencionado no ponto n.º 4 da recomendação, de que o plano em questão seja presente a esta Assembleia Municipal para apreciação antes de qualquer intervenção física na rede viária do concelho, frisou que tal acontece uma vez que, tratando-se de um plano plurianual e estando prevista uma verba que necessariamente tem que ser usada para fazer face à repavimentação das estradas, tal é competência da Assembleia Municipal e, como tal, tem mesmo que ser presente a este Órgão. -----

Disse não haver razões para ter medo da oposição, realçando que a oposição dá bons contributos e que, apesar de não ser do gosto do PSD, vai continuar a dá-los porque compete à oposição dar contributos na defesa dos interesses das populações. -----

Referiu que um manifesto do PSD, das últimas eleições autárquicas, faz a promessa da requalificação de cerca de 500 quilómetros de estrada, com a colocação de tapete betuminoso, e que, perante tal promessa, gostava de saber quantos quilómetros vão ser repavimentados, quando vão iniciar-se as obras, quem as vai executar e monitorizar, fazendo sobressair que, com a recomendação que apresentou o grupo municipal do PS está a fazer o mesmo que o governo faz aos funcionários públicos, ou seja, a dar um estímulo para que a Câmara cumpra aquilo que prometeu. -----

Concluindo, pediu ao Sr. Presidente da Câmara para fazer as coisas corretamente, com uma



boa gestão, e que não se arranjem argumentos sem cabimento para votar contra uma recomendação feita no âmbito das competências da Assembleia e na defesa dos interesses das populações.-----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que, no seu entendimento, a recomendação em questão é desnecessária porque a requalificação da rede viária é uma das prioridades estabelecidas pela Câmara para este mandato, comentando que o PSD não usa manifestos eleitorais, mas sim programas eleitorais, e que a Câmara vai tentar cumprir aquilo que consta do programa eleitoral do PSD das últimas eleições autárquicas. -----  
Informou que a Câmara está a fazer o trabalho de levantamento em conjunto com as Juntas de Freguesia, tendo pedido às Juntas para indicarem quais as vias de intervenção prioritária, salientando que esse levantamento está prestes a ser concluído e que, depois disso, irá passar, de carro, por todas as ruas indicadas porque gosta muito de ver as coisas.-----

Referiu que se a Câmara fosse seguir a recomendação, estão que iria ocupar o seu tempo a fazer relatórios e ficar sem tempo para pavimentar as estradas, realçando que a recomendação fala, por exemplo, em estudos de volume de tráfego, questionando se a deputada municipal Margarida Gariso tinha ideia do quanto custa um estudo desses e quantos milhares de euros a Câmara não iria gastar para fazer estudos de volume de tráfego para 100, 200 ou 300 estradas. Salientou que gosta de ouvir conselhos de quem já fez as coisas, e não de quem nunca as fez, frisando que a Câmara está a proceder de uma forma simples, pedindo às Juntas de Freguesia para indicarem quais são as ruas que estão mais degradadas para, de seguida, dar prioridade àquelas que têm maior utilização. Disse que a Câmara tem a consciência de que são cerca de 500 quilómetros de estrada a necessitarem de intervenção e que também sabe que esse trabalho não vai ser feito em 1, 2 ou 3 anos, que vai ser preciso mais tempo e que, portanto, a Câmara vai estabelecer prioridades.-----

Destacou ser esse o trabalho que está a ser feito, dizendo esperar que no Plano de Atividades e Orçamento para 2015 já haja uma estimativa das verbas destinadas à requalificação das estradas, para os vários anos, especialmente para o ano de 2015. -----

Concluiu dizendo ser esse o trabalho que a Câmara, de uma forma simples, está a desenvolver, reafirmando que se a Câmara fosse a cumprir com todos os documentos burocráticos que constam da recomendação, então que julgava que chegar-se-ia ao final do



mandato sem que fosse pavimentada uma única estrada. -----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) usou novamente da palavra, começando por realçar que a recomendação fala em fazer um plano e que julgava que o Sr. Presidente da Câmara sabia o que era fazer um plano, com todos os seus elementos, fazendo sobressair que qualquer Câmara que tivesse feito um plano sabe como se faz.-----

Salientou que, por outro lado, não é preciso ter experiência direta para saber aquilo que é feito com boas práticas, que basta comparar com os melhores, realçando que, nesse domínio, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem muitas dificuldades. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* retorquiu dizendo que a Câmara faz bem o seu trabalho. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor da recomendação (PS: 14, BE, CDU) apresentada pela deputada municipal Margarida Gariso, 29 votos contra (PSD) e 2 abstenções (CDS-PP, PS: 1 – Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação em referência – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou existirem três inscrições para intervir neste Período, e que a primeira é a do cidadão Manuel António Mota Ferreira da Silva, residente na Urbanização Quinta das Airas, Rua 2, n.º 142, da freguesia de S. João de Ver, para falar sobre novos investimentos no centro da cidade de Santa Maria da Feira e sobre a situação da fábrica Sá & Portela.-----

Informou que o segundo cidadão inscrito é o Sr. Joaquim Augusto de Sousa Cruz, residente na Rua Entre Pontes, n.º 237, da freguesia de Nogueira da Regedoura, para intervir sobre o pagamento da taxa de rede de água e saneamento e taxa de RSU.-----

Deu nota que a terceira inscrição foi feita pela Comissão de Pais da Escola EB1 de Soutelo – Fiães, para falar sobre o encerramento daquela escola.-----

Em seguida, passou a palavra, nos termos do Regimento, ao cidadão Manuel Ferreira da Silva. -----



Usou da palavra o cidadão *Manuel Ferreira da Silva*, que começou por comentar que era a primeira vez que assistia a uma sessão da Assembleia Municipal e que achou espantosamente mau de mais para ser verdade, realçando não ter visto ninguém, nem do PSD nem do PS, falar de novos investimentos e da procura de investidores, para fazer crescer Santa Maria da Feira. - Disse que, se não é o maior, é um dos maiores investidores do Concelho de Santa Maria da Feira, desde há 30 anos, realçando já ter trazido milhares de pessoas para este Concelho. ----- Referiu querer enaltecer o trabalho que o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Emídio Sousa, tem feito, não só agora, enquanto Presidente da Câmara, mas também pelo que desenvolveu enquanto Vice-Presidente. -----

Comentou que quando vê alguém vir para esta Assembleia ler um documento que preparou em casa, é porque essa pessoa não sabe pronunciar-se sobre o tema. -----

Nesse instante, o *Sr. Presidente da Assembleia* interrompeu o cidadão, repreendendo-o no sentido de que se cingisse ao assunto para o qual se havia inscrito e que deixasse de tecer comentários em relação às intervenções de cada um dos Srs. deputados municipais, lembrando que esses foram eleitos e que estavam a fazer o seu trabalho. Passou novamente a palavra ao cidadão Manuel Ferreira da Silva. -----

O cidadão *Manuel Ferreira da Silva*, pedindo desculpa pelos seus comentários, prosseguiu a sua intervenção dizendo representar uma empresa que presta serviços no Brasil, informando que, na próxima semana, chegarão três sócios para analisarem investimentos a realizar, eventualmente, em Santa Maria da Feira. -----

Disse que, como investidor e como feirense, sabe que o centro de Santa Maria da Feira é um dos locais da zona do Grande Porto com mais possibilidades de desenvolvimento futuro, dizendo já ter em seu poder relatórios que comprovam isso mesmo e que, nessa medida, apelava ao Sr. Presidente da Câmara para que tivesse muito cuidado da forma como programa o licenciamento das obras. Referiu, nesse âmbito, ter construído um empreendimento em Santa Maria da Feira, designado de “Varandas do Castelo”, e que nas traseiras desse está a antiga fábrica Sá & Portela, ressaltando que, pelo que sabe, há intenção de ser feita uma obra bastante grande naquela antiga fábrica, levando a que passe a haver, naquela zona habitacional, bastante movimento e barulho. -----



Salientou que para ele, como investidor, é importante que não se misture zonas habitacionais com tais equipamentos, que trazem muito movimento e barulho, realçando que quando faz investimentos em certos locais, se depois são ali instalados tais equipamentos, então que não vai conseguir negociar as habitações. -----

Concluindo, disse estar muito atento, nomeadamente ao investimento que se está a preparar fazer na antiga fábrica Sá & Portela, junto à Av. Dr. Domingos Caetano de Sousa, em Santa Maria da Feira. -----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia* fez a chamada dos 2.º e 3.º inscritos – respetivamente o Sr. Joaquim Augusto Cruz e o representante da Comissão de Pais da Escola EB1 de Soutelo, em Fiães – verificando que nenhum deles se encontrava presente. -----  
Posto isto, e a pedido da mesma, passou a palavra à deputada municipal Margarida Gariso. ----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por salientar que o grupo municipal do PS sempre defendeu a participação do público antes do Período de Antes da Ordem do Dia, e não depois da Ordem do Dia, frisando que as desistências verificadas são mais uma evidência de que o grupo municipal do PS tinha razão ao defender essa posição. ----  
Em relação à intervenção do cidadão Manuel Ferreira da Silva, fez sobressair que todas as pessoas têm direito de vir a esta Assembleia Municipal e nela participar, que todas as pessoas têm direito à opinião, mas que não têm direito ao insulto nem à malcriação. Sublinhou que esta Assembleia foi maltratada porque aquele cidadão veio julgar, de cima a baixo, o trabalho feito pelos membros deste Órgão, e que não veio dizer coisa nenhuma senão defender os seus interesses particulares. -----

Realçando que aquele cidadão já foi altamente beneficiado pela Câmara Municipal, disse ser bom que a Câmara tenha, efetivamente, cuidado com aquilo que vai fazer para não prejudicar uns em favor daquele cidadão e que, portanto, o grupo municipal do PS vai estar muito atento a esse processo. -----

Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* para, sobre a questão dos investimentos, dar nota que a Câmara Municipal, e ele próprio, como Presidente da mesma, está sempre recetiva a acolher empreendedores que queiram investir no território de Santa Maria da Feira, dizendo que ainda



no dia de hoje recebeu um investidor do Luxemburgo e que espera que aquele venha a investir no Município. -----

Relativamente à questão do edifício da antiga fábrica Sá & Portela, e de eventuais investimentos que se pretendam ali fazer, fez sobressair que a Câmara vai ser extremamente rigorosa no cumprimento da legalidade. -----

Dados os devidos esclarecimentos, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o Período de Intervenção do Público. -----

Em seguida, submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão. -----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 01,00 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,